

Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária

Data: 24 de abril de 2024
Horário: 14h00
Local: Assembleia exclusivamente digital

ÍNDICE

1. Convite.....	3
2. Procedimentos.....	4
2.1 Acionista Presente de Modo Digital - Cadastro Prévio Obrigatório.....	4
2.2 Acionista Representado por Procurador.....	5
2.3 Instruções de Utilização e Acesso da Plataforma Digital para a Participação de Modo Digital.....	5
2.4 Participação por meio de Boletim de Voto à Distância.....	6
2.5 Conflito de Interesses.....	8
2.6 Informações Adicionais.....	8
3. Edital de Convocação.....	9
4. Proposta da Administração.....	11
Anexo I.....	14
Anexo II.....	45
Anexo III.....	48

1. CONVITE

Prezado Acionista,

A Construtora Tenda S.A. ("Tenda" ou "Companhia") tem o prazer de convidar V.Sa. para participar da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 14h00 em 24 de abril de 2024 ("AGO" ou "Assembleia"), de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre as matérias constantes do edital de convocação ("Editais de Convocação") para Participação nas Assembleias ("Manual").

A participação dos acionistas nas Assembleias é de grande importância. Nos termos da regulamentação aplicável, a Companhia disponibilizou, por meio da rede mundial de computadores, as informações e documentos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81").

Sinta-se convidado a examinar a Proposta da Administração e demais documentos relativos à AGO na página de Relações com Investidores da Construtora Tenda (<https://ri.tenda.com>), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e na sede da Companhia.

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital, com participação por meio do sistema eletrônico *Microsoft Teams*, sem a possibilidade de comparecimento físico. Alternativamente, incentivamos a participação por meio do envio do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), conforme instruído no presente Manual para Participação na Assembleia ("Manual").

A Diretoria de Relações com Investidores de Tenda coloca-se à disposição dos acionistas para prestar esclarecimentos por meio dos seguintes canais:

Tel.: +55 (11) 3111-9909

E-mail: ri@tenda.com

Website: ri.tenda.com

Luiz Mauricio de Paula Garcia
CFO e Diretor Executivo de Relações com Investidores

2. PROCEDIMENTOS

Para a instalação da Assembleia Geral Ordinária em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A.

Caso o quórum aplicável não seja atingido, a Companhia realizará nova convocação para deliberação sobre a pauta, podendo a assembleia, em segunda convocação, ser instalada com qualquer número de acionistas presentes.

Os Acionistas, ou seus procuradores devidamente constituídos, participarão das Assembleias de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico *Microsoft Teams*, sem a possibilidade de comparecimento físico. Os acionistas poderão ainda exercer o seu direito de voto por meio do envio de Boletim de Voto, conforme previsto na Resolução CVM 81.

2.1. Acionista Presente de Modo Digital – Cadastro Prévio Obrigatório

A AGO será realizada exclusivamente de modo digital, por meio do sistema eletrônico do *Microsoft Teams*, sem a possibilidade de comparecimento físico.

Nos termos do artigo 28, § 2º da Resolução CVM 81, os acionistas terão a opção de (i) simplesmente participar das Assembleias, tenham ou não enviado o Boletim de Voto; ou (ii) de participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

A Companhia iniciará o cadastramento dos acionistas para tomar parte na Assembleia logo após a publicação do Edital de Convocação.

Para participar da Assembleia de modo digital, os acionistas deverão solicitar o cadastro prévio por meio do endereço de e-mail ri@tenda.com (assunto: "**Participação AGO 2024**"), juntamente com o envio de forma digital, no mesmo e-mail, do e-mail e telefone de contato do acionista e da documentação necessária, conforme indicada a seguir.

A solicitação de cadastro para participação de modo digital nas Assembleias deverá ser recebida pela Companhia, impreterivelmente, até o dia 22 de abril de 2024. A documentação necessária é a seguinte:

- (i) **acionistas pessoas físicas:**
 - (a) documento de identificação com foto. Exemplos: RG, CRNM, CNH, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular; e
 - (b) extrato atualizado contendo sua posição acionária, emitido no máximo 2 (dois) dias úteis antes da AGO.
- (ii) **acionistas pessoas jurídicas:**
 - (a) última consolidação do estatuto ou do contrato social;
 - (b) documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, caso o representante legal não seja diretor(a)/administrador(a) designado (a) em ata ou contrato social);
 - (c) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) ou Procurador; e
 - (d) extrato atualizado contendo sua posição acionária, emitido no máximo 2 (dois) dias úteis antes da AGO.

(iii) **acionistas que sejam fundos de investimento:**

- (a) último regulamento consolidado do fundo;
- (b) estatuto ou contrato social do seu administrador;
- (c) documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, caso o representante legal não seja diretor(a)/administrador(a) designado (a) em ata ou contrato social);
- (d) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is);
- (e) extrato atualizado contendo sua posição acionária, emitido no máximo 2 (dois) dias úteis antes da AGO.

A Companhia não exigirá a autenticação, o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos documentos de identificação dos acionistas, bem como de instrumentos de procuração outorgados a seus respectivos representantes, tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa ou inglesa, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas.

Os acionistas que não enviarem as informações necessárias por e-mail nos termos deste Manual e do Edital de Convocação até o dia 22 de abril de 2024 não poderão participar da AGO.

2.2. Acionista Representado por Procurador

O acionista poderá ser representado na AGO por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano e na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A.

Para os acionistas que forem pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o procurador ser acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira.

O Procurador que representar mais de um acionista deverá anexar a documentação de representação necessária para a habilitação de cada Acionista a ser representado por ele na AGO, conforme indicado acima.

Os Procuradores que não enviarem as informações necessárias por e-mail nos termos deste Manual até o dia 22 de abril de 2024 não poderão participar da AGO.

2.3. Instruções de Utilização e Acesso da Plataforma Digital para a Participação de Modo Digital

Os acionistas ou seus Procuradores (“Participantes”) que se habilitarem no prazo para participação de modo digital receberão um e-mail de confirmação de cadastro.

Em até 24 (vinte e quatro) horas do início da AGO, a Companhia enviará aos Participantes que tiverem se cadastrado, um e-mail contendo o link, senha de acesso e demais informações necessárias para a participação por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*.

Caso o Participante cadastrado não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso à plataforma *Microsoft Teams* em até 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGO, deverá entrar em contato com o departamento de Relações com os Investidores pelo e-mail ri@tenda.com ou pelo telefone +55 (11) 3111-9909, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) as instruções para acesso. A antecedência requerida é necessária para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

Para acessar a plataforma digital *Microsoft Teams*, o acionista ou seu Procurador precisará ter acesso a um computador com câmera e áudio que possam ser habilitados. Recomenda-se que a plataforma seja acessada por meio do navegador Google Chrome.

Na data da AGO, o acesso à plataforma digital *Microsoft Teams* estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos antes do início da AGO e até 5 (cinco) minutos após o horário de início da AGO. Após esse horário, não será possível o ingresso do acionista na AGO, independentemente da realização do cadastro prévio.

A Companhia recomenda aos participantes que se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a plataforma. No dia da AGO, a Companhia recomenda ainda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação na AGO com a devida antecedência.

As informações de acesso serão individuais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas pelo participante cadastrado.

Na data da AGO, o acionista devidamente cadastrado que registrar sua presença de modo digital por meio da plataforma digital *Microsoft Teams* será considerado presente à AGO e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, inciso III e parágrafo único, da Resolução CVM 81.

Será de responsabilidade exclusiva do participante assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a plataforma digital. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante. A AGO será gravada, nos termos do Artigo 28, §1º, inciso II da Resolução CVM 81.

2.4. Participação por meio do Boletim de Voto a Distância

Os acionistas também poderão exercer seu voto nas Assembleias por meio do envio do Boletim de Voto, conforme previsto na Resolução CVM 81. O envio do voto será formalizado por meio do Boletim de Voto, conforme versões disponibilizadas pela Companhia em sua página de Relações com Investidores (<https://ri.tenda.com>), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

O Boletim de Voto também estará disponível na sede da Companhia (Rua Boa Vista, nº 280, 8º e 9º Pavimentos, Centro, São Paulo/SP, CEP 01014-908).

No Boletim de Voto deverão ser preenchidos os seguintes dados: (i) nome ou denominação social completa; e (ii) o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF). O preenchimento do endereço de e-mail é recomendável, embora não seja obrigatório.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto poderá (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia, de forma física ou digital; (ii) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para o seu custodiante, que encaminharão as manifestações de voto recebidas à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; ou (iii) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, a saber, Itaú Unibanco S.A. (“Escriturador”), transmitir as instruções de voto para o Escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Escriturador.

Para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte integrante do quórum da AGO (i) todos os campos deverão ser devidamente preenchidos; (ii) todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista (ou por seu representante legal, conforme o caso); e (iii) ao final, o acionista (ou seu representante legal, conforme o caso) deverá assiná-lo.

O prazo para recebimento do Boletim de Voto enviado diretamente à Companhia ou por meio de prestadores de serviços (nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81) é até 17 de abril de 2024 (inclusive). O Boletim de Voto recebido após tal data será desconsiderado.

2.4.1. Exercício de voto a distância por meio de envio do Boletim excepcionalmente em formato digital:

O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia em formato digital, deverá encaminhar os documentos listados abaixo de forma digital exclusivamente ao endereço eletrônico ri@tenda.com (Assunto: **Boletim de Voto a Distância AGO 2024**):

- (i) via digitalizada do Boletim de Voto, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) via digitalizada dos seguintes documentos:

(a) acionistas pessoas físicas:

documento de identificação com foto. Exemplos: RG, CRNM, CNH, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular;

(b) acionistas pessoas jurídicas:

- última consolidação do estatuto ou do contrato social;
- documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, caso o representante legal não seja diretor(a) eleito(a) em ata ou contrato social); e
- documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) ou Procurador;

(c) acionistas que sejam fundos de investimento:

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador;
- documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, caso o representante legal não seja diretor(a) eleito(a) em ata ou contrato social); e
- documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

A Companhia não exigirá a autenticação, o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos documentos de identificação dos acionistas, bem como de instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes, tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa ou inglesa, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas.

O Boletim de Voto e a documentação correlata somente serão considerados como recebidos pela Companhia e, portanto, considerados para fins de cômputo do quórum da AGO, caso a Companhia receba a documentação digitalizada completa, nos termos dos itens (i) e (ii) anteriores, com até 7 (sete) dias de antecedência em relação à data de realização da AGO, ou seja, até 17 de abril de 2024 (inclusive). O Boletim de Voto e a documentação correlata recebidos após tal data serão desconsiderados.

Recebidos digitalmente o Boletim de Voto e os demais documentos exigidos, a Companhia avisará ao acionista por meio de correio eletrônico, em até 3 (três) dias, acerca do recebimento do Boletim de Voto, bem como se o Boletim de Voto e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do Acionista seja considerado válido ou se há a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim de Voto ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Em qualquer hipótese, o acionista somente poderá retificar ou reenviar o Boletim de Voto e os documentos que o acompanham até o dia 17 de abril de 2024 (inclusive). O Boletim de Voto e/ou os documentos que o acompanham recebidos após tal data serão desconsiderados.

2.5. Conflito de Interesses

Durante a realização da AGO, os acionistas presentes deverão manifestar-se na hipótese de existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação. Também deverá manifestar-se qualquer acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e à matéria objeto da deliberação.

Quando manifestado o conflito de interesses, o acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o acionista conflitado se recuse a abster-se de votar na referida deliberação, o presidente da AGO poderá desconsiderar os votos proferidos pelo acionista na situação de conflito.

2.6. Esclarecimentos Adicionais

Para maiores informações, a área de Relações com Investidores da Tenda está à disposição para qualquer esclarecimento adicional, pelo telefone +55 (11) 3111-9909 e pelo e-mail ri@tenda.com.

3. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONSTRUTORA TENDA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 71.476.527/0001-35
NIRE 35.300.348.206

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária

Construtora Tenda S.A., sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 280, 8º e 9º pavimentos, Centro, CEP 01014-908, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.300.348.206, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 71.476.527/0001-35, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, sob o código 21148 (“Companhia” ou “Tenda”), vem pelo presente, nos termos do artigo 124, § 2º - A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81/2022”), convocar os senhores acionistas para reunirem-se, no dia 24 de abril de 2024, às 14h00, em Assembleia Geral Ordinária (“AGO” ou “Assembleia”), **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica **Microsoft Teams**, tendo sido considerada realizada na sede da Companhia, nos termos do artigo 5º, §3º da Resolução CVM 81/2022, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Deliberar sobre as demonstrações financeiras e as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
3. Deliberar sobre o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal para o próximo mandato.
4. Eleger os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia e os seus respectivos suplentes.
5. Deliberar sobre a proposta da administração para fixação do montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024.

Informações Gerais:

Nos termos do artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM 81/2022 e do artigo 126 da Lei das S.A., para participar da AGO digital, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão solicitar suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância e encaminhar à Companhia os seguintes documentos, em **até 02 (dois) dias de antecedência da realização da AGO**, para o e-mail **ri@tenda.com**: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou, no caso de acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, na forma do artigo 126 da

Lei das S.A.; **(iii)** documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e **(iv)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. (“Documentos”).

A Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/2022. Nesse sentido, as instruções gerais para participação na Assembleia, inclusive aquelas relativas à participação por meio do sistema eletrônico contratado pela Companhia, encontram-se dispostas detalhadamente na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia juntamente com o presente Edital de Convocação nas páginas na internet da Companhia (www.ri.tenda.com), da CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 (www.b3.com.br). Ademais, nos termos do artigo 7º da Resolução CVM 81/2022, todos os documentos e informações mencionados neste edital, bem como quaisquer outros exigidos pela regulamentação pertinente, estão disponíveis aos senhores acionistas nos referidos *links*.

Sem prejuízo da possibilidade de participação de modo exclusivamente digital na AGO, os acionistas também poderão participar da assembleia mediante envio de instruções para o preenchimento do boletim de voto à distância **(i)** aos seus respectivos agentes de custódia, **(ii)** ao escriturador das ações da Companhia ou **(iii)** diretamente à Tenda, observado que tais instruções deverão ser recebidas pelos indicados nos itens (i), (ii) e (iii) **até 7 (sete) dias antes da realização da AGO.**

O envio do boletim de voto a distância ao custodiante ou ao escriturador deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis indicados por estes prestadores de serviços, enquanto os boletins de voto a distância enviados diretamente à Companhia deverão estar acompanhados dos Documentos acima indicados.

Excepcionalmente nesta AGO, como forma de facilitar a participação dos seus acionistas, a Tenda aceitará que os documentos especificados neste edital e na Proposta da Administração, bem como os boletins de voto a distância, sejam enviados por e-mail, sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

O acesso à AGO será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Ainda que o acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente da AGO. O envio de boletins de voto à distância por meio da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. dispensa a necessidade de credenciamento prévio.

Para orientações adicionais, deve-se observar as regras previstas na Resolução CVM 81/2022 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia.

São Paulo, 21 de março de 2024.

Claudio José Carvalho de Andrade
Presidente do Conselho de Administração

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos, a seguir, a proposta da administração (“Proposta”) acerca das matérias constantes da ordem do dia da AGO da Companhia a ser realizada em 24 de abril de 2024, às 14h00, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei das Sociedades por Ações e disciplinada na Resolução CVM 81, cujo Edital de Convocação será oportunamente publicado no jornal “O Estado de São Paulo”:

CONSTRUTORA TENDA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 71.476.527/0001-35
NIRE 35.300.348.206

PROPOSTA DA ADMINITRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024

Senhores e Senhoras Acionistas,

A administração da **Construtora Tenda S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 280, 8º e 9º pavimentos, Centro, CEP 01014-908, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.300.348.206, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 71.476.527/0001-35, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, sob o código 21148 (“Companhia” ou “Tenda”), nos termos do artigo 124, § 2º - A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), vem apresentar a V.Sas. a presente proposta da administração (“Proposta”), contendo as suas recomendações acerca das matérias incluídas na ordem do dia da assembleia geral ordinária da Tenda convocada para o dia 24 de abril de 2024, às 10h00, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, tendo sido considerada realizada na sede da Companhia, nos termos do artigo 5º, § 3º da Resolução CVM 81 (“AGO”).

1. Deliberar sobre as demonstrações financeiras e as contas dos administradores, examinar discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme divulgadas nos *websites* da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, e publicadas no *website* e no jornal O Estado de São Paulo em 15 de março de 2024 (“Demonstrações Financeiras”), foram apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 14 de março de 2024 e encaminhadas para sua divulgação e deliberação em Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 21, alínea “m”, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho Fiscal da Companhia revisou as Demonstrações Financeiras e emitiu parecer, em 14 de março de 2023, indicando que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem divulgadas pela Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria da Companhia, em reunião realizada em 14 de março de 2023, emitiu seu relatório recomendando que as Demonstrações Financeiras fossem encaminhadas para avaliação do Conselho de Administração da Companhia.

Os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 estão no Anexo I desta Proposta, o qual contempla as informações relativas à Seção 2 do Formulário de Referência, em atendimento ao disposto no artigo 10, III, da Resolução CVM 81 e conforme previsto no Ofício-Circular Anual SEP/CVM 2024.

A KPMG Auditores Independentes Ltda., com sede na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A, CEP 04711-904, no município de São Paulo, estado de São Paulo

(“KPMG”), auditor independente da Companhia, emitiu parecer manifestando-se pela adequação das Demonstrações Financeiras, sem qualquer opinião modificada ou ressalvas.

Observando o disposto acima e os documentos e informações disponibilizados, a administração propõe à assembleia geral a aprovação integral das Demonstrações Financeiras e das contas dos administradores relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, sem ressalvas.

2. Deliberar sobre a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O prejuízo líquido da Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 95.848.129,97 (noventa e cinco milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e noventa e sete centavos). Por consequência, não haverá lucro a ser distribuído. Em razão do resultado negativo apurado e inexistência de saldo de reservas de lucros, o resultado será adicionado à rubrica de prejuízos acumulados. Portanto, as movimentações desta rubrica consistiram em: (i) absorção de prejuízos por meio de redução do capital social, (ii) venda de ações em tesouraria sem lastro de reservas e (iii) destinação do prejuízo do período, conforme segue:

Movimentações de Prejuízos Acumulados	Lor Total (R\$)
do em 31 de dezembro de 2022	29.848.382,89
dução de Capital	19.475.577,11
Resultado do Exercício	5.848.129,97
nda de Ações em Tesouraria	7.189.447,14
Prejuízo Acumulado no Exercício encerrado em 31/12/2023	410.382,89

Desta forma, não havendo lucro a ser distribuído, a Companhia fica dispensada de apresentar as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81, nos termos do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2024 e conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM nº RJ2010/14687).

3. Deliberar sobre o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal para o próximo mandato.

Em atenção ao disposto nos artigos 38 e 39 do Estatuto Social da Companhia, a administração propõe a fixação do número de 03 (três) membros efetivos para compor o Conselho Fiscal e igual número de suplentes, todos com prazo de mandato de 01 (um) ano, até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

4. Eleger os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia e os seus respectivos suplentes.

A administração da Companhia indicou os seguintes membros efetivos e respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal:

Membros Efetivos: José Luiz Ribeiro de Carvalho
Laércio Lampiasi
Fábio Antônio Pereira

Membros Suplentes: Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves
José Carlos Heine Domingues
Luís Fernando Prudêncio Velasco

Os candidatos da chapa indicada para compor o Conselho Fiscal encontram-se livres e desimpedidos para o exercício dos cargos, nos termos da lei, bem como atendem aos requisitos legais, regulamentares e estatutários em vigor.

Isto posto, a administração propõe à assembleia geral a eleição dos membros efetivos e dos respectivos suplentes indicados acima para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

A administração esclarece que, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81 e conforme previsto no Ofício Circular Anual SEP/CVM 2024, as informações relativas à experiência profissional de todos os candidatos aos cargos de membros do Conselho de Fiscal acima indicados encontram-se detalhadas no **Anexo II** desta Proposta, conforme itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.

5. Deliberar sobre a proposta da administração para fixação do montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024.

A administração da Companhia propõe a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício social de 2024, no montante de até R\$ 37.494.123,00 (trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e três reais), nos termos do artigo 152, da Lei das S.A.

Em relação à remuneração global dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, a administração ressalta que tal valor será, para cada membro em exercício, igual a 0,15 (quinze décimos) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, até a próxima assembleia geral ordinária da Companhia, observado que tal valor poderá sofrer alterações tão somente em cumprimento ao artigo 162, § 3º, da Lei das S.A. Esclarece-se que os suplentes receberão remuneração apenas na ausência do respectivo membro efetivo.

O valor proposto para a remuneração global dos administradores relativa ao exercício social de 2024 é compatível com os valores usualmente pagos pelo mercado e com os critérios e condições adotados pela Companhia para a composição da remuneração de seus administradores.

A tabela abaixo demonstra as diferenças entre os valores aprovados e efetivamente gastos com a remuneração dos administradores da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como a diferença entre esses valores e o valor proposto para a remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Valor	Aprovado 2023	Efetivo 2023	Proposto 2024
Total	R\$ 32.379.088,00	R\$ 20.625.328,00	R\$ 37.494.123,00

A administração informa que a assembleia geral ordinária da Tenda, realizada em 19 de abril de 2023, aprovou um limite global para a remuneração dos administradores do exercício de 2023 no valor total de R\$ 32.379.088,00 (trinta e dois milhões, trezentos e nove mil e oitenta e oito reais), tendo sido efetivamente pago o valor total de R\$ 20.625.328,00 (vinte milhões e seiscentos e vinte e cinco mil e trezentos e vinte e oito reais).

A remuneração anual global máxima proposta para 2024, de até R\$ 37.494.123,00, é 16% superior à aprovada para 2023.

A variação de 57% referente a relação do “aprovado 2023” e o “efetivo 2023” é decorrente de ajuste contábil de remuneração baseada em ações, em virtude do não atingimento das condições de performance aplicáveis e distratos, de modo que, na prática, houve uma reversão das despesas contabilizadas em exercícios anteriores.

As informações enumeradas na Seção 8 do Formulário de Referência, necessárias para a devida análise da proposta da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se no **Anexo III** desta Proposta, em atendimento ao artigo 13 da Resolução CVM 81/2022.

Todos os documentos relativos à Assembleia encontram-se disponíveis na página de relações com investidores da Companhia (ri.tenda.com), na página da CVM (www.cvm.gov.br), na página da B3 (www.b3.com.br) e na sede da Companhia.

São Paulo, 21 de março de 2024.
Construtora Tenda S.A.
Claudio José Carvalho de Andrade
Presidente do Conselho de Administração

Anexo I **Comentários dos Administradores**

(Conforme artigo 10, III da Resolução CVM 81 - Item 2 do Formulário de Referência)

2.1 – Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, bem como suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações financeiras Intermediárias, contemplando a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre diretrizes do CPC 47(IFRS15) aplicáveis as entidades de incorporação imobiliária no Brasil com referência aos aspectos de transferência de controle na venda de unidades imobiliárias. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre diretrizes do CPC 47(IFRS15) aplicáveis as entidades de incorporação imobiliária no Brasil com referência aos aspectos de transferência de controle na venda de unidades imobiliárias. As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários - CVM e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários - CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos pela Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas informações financeiras intermediárias e demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações.

Ainda, as informações neste item “2. Comentários dos Diretores”, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Outras Informações Financeiras

Os diretores da Companhia acreditam que as medidas não contábeis apresentadas nesta seção, especialmente no item 2.5 deste Formulário de Referência, representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis constantes deste Formulário de Referência, auxiliam um entendimento mais significativo sobre o desempenho

operacional e resultados financeiros

da Companhia.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia revisam regularmente métricas de crescimento, liquidez e endividamento da Companhia e, com base nas informações descritas a seguir, entendem que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para a implementação de seu plano de negócios e para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2023
(+) Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante)	383.297
(+) Debêntures (Circulante e Não Circulante)	796.798
Dívida Bruta ⁽¹⁾	1.180.095
(-) Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (Circulante e Não Circulante)	718.816
Dívida Líquida ⁽²⁾	461.279
Patrimônio Líquido	864.437
Índice de Dívida Líquida ⁽³⁾	53,36%
Passivo Circulante (A)	1.544.511
Passivo Não Circulante (B)	2.136.197
Patrimônio Líquido (C)	864.437
Índice de Endividamento Total (A+B) / C ⁽⁴⁾	4,26%

⁽¹⁾ Dívida Bruta: consiste no resultado da soma de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e Debêntures (circulante e não circulante).

⁽²⁾ Dívida Líquida: consiste no resultado da soma de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), deduzidos dos montantes de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

⁽³⁾ Índice de Dívida Líquida: é o resultado da Dívida Líquida dividida pelo patrimônio líquido.

⁽⁴⁾ Índice de Endividamento Total: representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total foi de 4,26%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Circulante e Não Circulante) era de R\$ 718.816 mil e a Dívida Líquida totalizava R\$ 461.279 mil, com um Índice de Dívida Líquida de 53,36%. A variação positiva da posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Circulante e Não Circulante) no montante R\$ 44.575 mil em relação a posição de 31 de dezembro de 2022 ocorreu principalmente por: (i) geração de caixa operacional, como continuidade da trajetória de recuperação de margens e maior eficiência operacional e de custos, (ii) operações de cessão de recebíveis e (iii) oferta primária de ações (follow-on).

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 4,75%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Circulante e Não Circulante) era de R\$ 674.241 mil e a Dívida Líquida totalizava R\$ 799.931 mil, com um Índice de Dívida Líquida de 111,47%. A variação negativa da posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Circulante e Não Circulante) no montante R\$ 390.703 mil em relação a posição de 31 de dezembro de 2021 ocorreu principalmente por conta do consumo de caixa operacional em virtude da elevação de custos das obras em andamento e revisão dos custos a incorrer para os novos projetos fruto de um período altamente inflacionário no setor de construção civil, o que impactou especialmente nosso modelo construtivo baseado em parede de concreto e giro rápido de venda, minimizando nosso tempo de reação em aumento de preço.

(b) Estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta todo o valor utilizado pela Companhia para financiar suas operações (capitalização total), segregado entre capital de terceiros (passivo circulante e não-circulante)

e capital próprio (patrimônio líquido), expresso tanto em termos reais quanto em termos percentuais:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2023
Capital de Terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.680.708
Capital Próprio (patrimônio líquido)	864.437
Capitalização Total (capital de terceiros + capital próprio)	4.545.145
Parcela de capital de terceiros (% da Capitalização Total)	80,98%
Parcela de capital próprio (% da Capitalização Total)	19,02%

A administração acredita que a estrutura de capital (medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia) mostrou-se equilibrada nos últimos exercícios, conforme se verá na análise comparativa apresentada abaixo:

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2023, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R\$ 3.680.708 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o total de passivos circulantes e não circulantes eram de R\$ 3.410.742 mil, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os períodos.

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$ 864.437 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$ 717.612 mil, não representando variação significativa entre ambos os períodos.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam haver liquidez adequada para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, especialmente considerando o nível de endividamento da Companhia (conforme detalhado no item 2.1 (a) acima) e seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, refletidas ou não no balanço patrimonial.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2023
Ativo Circulante	2.530.998
Passivo Circulante	1.544.511
Índice de Liquidez Corrente⁽¹⁾	1,64%
Ativo Total	4.545.145
(-) Imobilizado	177.337
(-) Intangível	34.891
Total Passivo Circulante e Passivo Não Circulante	3.680.708
Índice de Liquidez Geral⁽²⁾	1,18%

⁽¹⁾ Índice de Liquidez Corrente é representado pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

⁽²⁾ Índice de Liquidez Geral é representado pelo total do ativo menos imobilizado e ativo intangível dividido pela soma do passivo circulante e passivo não circulante.

Ainda, caso se entenda necessário, a Companhia possui estrutura e capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No ano de 2023, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em

ativos não circulantes utilizadas pela Companhia foram a utilização de financiamentos de terceiros, incluindo as emissões de debêntures.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para o caso de deficiências de liquidez, a Companhia pode retomar o financiamento imobiliário dentro do SFH (conforme definido no item 2.1 (f) abaixo), pode acessar o mercado de capitais de renda fixa ou estruturar dívidas bancárias com os principais agentes financeiros nacionais.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante) da Companhia passou de R\$ 1.377.549 mil, em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 1.474.172 mil, em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 1.180.095 mil.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo resume as características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2023:

Detalhamento da dívida (milhões)	(R\$)	Vencimento	Taxa (a.a.)	Saldo Devedor Em 31 de dezembro de 2023
Consolidado				
Dívida Total				1.180,10
Financiamento bancário ⁽¹⁾		60,35	CDI + 2,69%	60,35
Debênture TEND14		0,00	CDI + 3,50%	0,00
Debênture TEND15		0,00	CDI + 3,15%	0,00
Debênture TEND16		0,00	CDI + 3,05%	0,00
Debênture TEND17		210,36	CDI + 4,00%	210,36
Debênture TEND19		155,86	CDI + 3,60%	155,86
Debênture TEND20		150,09	CDI + 2,75%	150,09
CRI (8ª Emissão –TEND18)		236,30	IPCA + 6,86%	236,30
CRI Valora (TEND20)		44,20	IPCA + 8,50%	44,20
SFH				322,95
SFH ⁽²⁾		9,47	127% CDI	9,47
SFH ⁽²⁾		0,66	129% CDI	0,66
SFH ⁽²⁾		42,71	TR+11,76	42,71
SFH ⁽²⁾		270,09	TR+8,30	270,09

⁽¹⁾ Financiamento bancário é representado por Cédulas de Crédito Bancário – CCB.

⁽²⁾ Sistema Financeiro de Habitação (SFH) é representado pelos financiamentos tomados juntos à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil com o objetivo de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas, coligadas. Estes contratos possuem garantias reais representadas pela hipoteca do terreno e pela cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis. Os recursos são liberados mediante a comprovação de evolução física e financeira de obras, sua amortização ocorre durante o período de repasse na planta e após a entrega. Após o período de obras e caso o contrato não esteja quitado, inicia-se um cronograma de amortizações.

Para informações adicionais sobre os valores mobiliários emitidos pela Companhia, vide Seção 12 do Formulário de Referência divulgado pela Companhia.

As parcelas circulantes e não circulantes têm os seguintes vencimentos:

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2023
Consolidado	
2024	385,51
2025	327,73
2026	279,99
2027	120,47

2028 em diante	66,40
Dívida Total	1.180,10

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas destacadas no item 2.1 (f) (i) acima.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Havendo um eventual concurso universal de credores, deve-se seguir os dispositivos legais, incluindo a Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, conforme alteradas de tempos em tempos.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia é signatária de contratos que possuem cláusulas restritivas próprias da natureza das operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com os *covenants* estabelecidos pelos contratos de empréstimo e financiamento relevantes, conforme detalhados no item 2.1 (f) (i) acima.

Todas as nossas operações de debêntures possuem *cross default/cross acceleration*, e da dívida total da Companhia, as debêntures representam 68,38%.

• **Debêntures e CRIs**

As debêntures emitidas pela Companhia ("Debêntures Tenda") possuem restrições relacionadas à observância, durante os seus respectivos períodos de vigência, de "*índices de alavancagem líquida*", conforme destacados na tabela abaixo:

Em 31 de dezembro de 2023							
Emissão	Data	Valor	A pagar principal	A pagar juros	Pagamento Principal	Pagamento de juros	Covenants (índice de alavancagem líquida (total da dívida financeira menos SFH)) ⁽¹⁾
7ª Emissão	10/09/2018	200.000	200.000	10.860	33,30% 02/2024 33,30% 02/2025 33,40% 02/2026	Semestral	Cálculo: 16,09% (a)
8ª Emissão (CRI)	20/04/2021	200.000	200.000	40.266	33,30% 04/2026 33,30% 04/2027 33,40% 04/2028	Semestral	Cálculo: 16,09% (a)
9ª Emissão	08/09/2021	150.000	150.000	6.551	50% 15/09/2025 50% 15/09/2026	Semestral	Cálculo: 16,09% (a)
10ª Emissão	18/10/2023	150.000	150.000	3.928	14,29% 10/2024 14,29% 04/2025 14,29% 10/2025 14,29% 04/2026 14,29% 10/2026 14,29% 04/2027 14,29% 10/2027	Semestral	Cálculo: % (a)
CRI Valora	01/07/2022	80.000	44.946	396	10% 09/07/2024 15% 07/01/2025 15% 08/07/2025 15% 07/01/2026	Mensal	Cálculo: 16,09% (a)

					15% 07/07/2026 15% 07/01/2027 15% 07/07/2027		
Total	780.000	744.946	62.000				

(1) Ex Financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH ou similares.

- No dia 11 de setembro de 2023, foi realizada a quitação da 4ª emissão de debêntures (TEND14);
- No dia 27 de setembro de 2023, houve o resgate antecipado facultativo total da 5ª emissão de debêntures (TEND15), com o conseqüente cancelamento de tais debêntures, mediante o pagamento do valor nominal unitário, acrescido da remuneração, totalizando o valor de R\$ 75,1 milhões;
- No dia 23 de outubro de 2023, houve o resgate antecipado facultativo total da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com o conseqüente cancelamento de tais debêntures, mediante o pagamento do valor nominal unitário, dispensada de remuneração, totalizando o valor de R\$ 106,1 milhões;
- Emissão da 10ª Debenture: a Companhia liquidou em 25 de outubro de 2023, perante a CVM, distribuição pública de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da 10ª (décima) emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo, na data de emissão das Debêntures o montante total de R\$150,0 milhões, destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme em vigor.

Vale ressaltar que, em 25 de agosto de 2022, foi assinado o aditamento dos instrumentos particulares das Debêntures Tenda acima listadas (informações adicionais sobre as referidas emissões, vide item 12 do Formulário de Referência divulgado pela Companhia). A Companhia aprovou junto aos titulares das Dívidas de Mercado (conforme definida nas respectivas assembleias gerais dos titulares das emissões acima indicadas) novos termos e condições que consistem na flexibilização de determinadas obrigações e a outorga de garantias adicionais. Foi concedida à Companhia anuência (*waiver*) para o descumprimento do índice financeiro referente aos períodos findos em 30 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2024 (o qual não poderia ultrapassar 15% do valor da dívida líquida dividido pelo patrimônio líquido da Companhia), desde que cumpridos novos percentuais máximos estabelecidos para cada período, conforme abaixo elencados.

- de 30 de junho de 2022 até 31 de dezembro de 2022 - menor ou igual a 80%
- de 31 de março de 2023 até 30 de junho de 2023 - menor ou igual a 85%
- em 30 de setembro de 2023 - menor ou igual a 80%
- em 31 de dezembro de 2023 - menor ou igual a 75%
- de 31 de março de 2024 até 30 de junho de 2024 - menor ou igual a 50%
- de 30 de setembro de 2024 até 31 de dezembro de 2024 - menor ou igual a 30%

Adicionalmente, conforme as aprovações tomadas pelos titulares das Debêntures Tenda, a Companhia assumiu a obrigação de:

- (i) Não realizar distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, exceto pelo pagamento de dividendo mínimo obrigatório;
- (ii) Não criar quaisquer ônus ou gravames, ou celebrar qualquer contrato ou tomar qualquer outra providência que venha a onerar as ações de emissão da Alea S.A., controlada da Companhia;
- (iii) Os lançamentos de projetos não poderão superar 15.000 unidades “Tenda” durante os períodos de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023, e 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023;
- (iv) Apresentar garantias, que poderão ser compostos por quotas de SPEs (com base em seu valor patrimonial) e recebíveis (com base em seu valor de face), correspondentes à percentuais do somatório do principal e juros das dívidas;
- (v) Constituir garantia de conta vinculada, em adição às garantias mencionadas no item (iv), acima, a ser preenchida, a partir de outubro de 2022, com determinadas

proporções de parcelas vincendas das emissões nos seis meses antecedentes à cada pagamento das emissões.

Com exceção da obrigação referente ao item (iii) acima, as obrigações são aplicáveis e as garantias vigorarão até que o Índice Financeiro seja menor ou igual a 15% por 2 trimestre consecutivos.

Também foi deliberado:

(i) o pagamento único, pela Companhia, aos titulares das 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Emissões, de um prêmio de 1,75% ao ano, calculado sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, de forma *pro rata temporis*, a partir de 1º de julho de 2022 até a data de pagamento de remuneração de cada emissão imediatamente subsequente à data das assembleias;

(ii) o aumento do *spread* da remuneração das 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Emissões em 1,75% ao ano a partir da data de pagamento da remuneração de cada emissão imediatamente subsequente à data das assembleias;

(iii) o pagamento de um prêmio, pela Companhia, aos titulares da 9ª Emissão, equivalente a 1,75% ao ano, calculado sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, de forma *pro rata temporis*, a partir de 1º de julho de 2022 até 31 de dezembro de 2024, devido nas datas de pagamento de remuneração da 9ª Emissão que ocorram neste período;

(iv) o pagamento de um prêmio, pela Companhia, aos titulares da 8ª Emissão (CRI), equivalente a 1,50% ao ano, calculado sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, de forma *pro rata temporis*, a partir de 1º de julho de 2022, devido em cada data de pagamento de remuneração da 8ª Emissão.

- **Financiamento bancário (CCB)**

(a) Cédula de Crédito Bancário nº 13026960, com China Construction bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., assinado pela Companhia, no valor de R\$ 80.000 mil com vencimento em 17/12/2024. Este contrato foi aditado na data de 18/10/2022, sendo que possui *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Período	Dívida Líquida Corporativa/Patrimônio Líquido menor ou igual a:
De junho de 2022 a dezembro de 2022	80%
De março de 2023 a junho de 2023	85%
Setembro 2023	80%
Dezembro 2023	75%
De março de 2024 a junho de 2024	50%
De setembro de 2024 a dezembro de 2024	30%

Além disso, figura como cláusula de vencimento antecipado a impossibilidade de alterações societárias que ensejem em mudança de controle ou se qualquer pessoa (física ou jurídica) concentrar mais de 30% (trinta por cento) do controle da Companhia, bem como quaisquer alterações ou modificações na composição do capital social que acarretem a alteração de controle ou confirmam o poder de eleger a maioria dos administradores e dirigir suas atividades sociais.

Adicionalmente, se a houver (i) decisão administrativa definitiva e irrecorrível; e/ou (ii) mesmo que temporariamente, a Companhia volte a constar no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, parte dos contratos financeiros da Companhia vencem antecipadamente, afetando adversamente a Companhia sob o aspecto financeiro. Por fim, ensejam o vencimento antecipado as execuções de títulos contra a

Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00, salvo se no prazo aplicável o protesto for cancelado.

- **Sistema Financeiro de Habitação (SFH)**

Destacamos abaixo os contratos financeiros relevantes da Companhia, firmados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, todos celebrados com a Caixa Econômica Federal.

- (a) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Tenda figura como fiadora, celebrado em 20/06/2023 e com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 50.289.546,38. A Companhia deve observar *convenant*, que a compromete a manter o índice da dívida líquida, exceto sistema financeiro de habitação, sobre o patrimônio líquido menos que 50%.
- (b) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda, celebrado em 29/03/2023, com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 48.480.757,00. A Companhia deve observar *convenant*, que a compromete a manter o índice da dívida líquida, exceto sistema financeiro de habitação, sobre o patrimônio líquido menos que 50%.
- (c) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda, celebrado em 30/06/2023, com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 48.151.471,26. A Companhia deve observar *convenant*, que a compromete a manter o índice da dívida líquida, exceto sistema financeiro de habitação, sobre o patrimônio líquido menos que 50%.
- (d) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Tenda figura como fiadora, celebrado em 17/06/2021, com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 39.976.923,00. A Companhia deve observar *convenant*, que a compromete, nos casos em que sua dívida líquida junto à Caixa Econômica Federal for maior que 0 (zero), a manter seu endividamento total menor ou igual a 45%.
- (e) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Tenda figura como fiadora, celebrado em 31/03/2023, com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 43.223.074,12. A Companhia deve observar *convenant*, que a compromete a manter o índice da dívida líquida, exceto sistema financeiro de habitação, sobre o patrimônio líquido menos que 50%.
- (f) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Tenda figura como fiadora, celebrado em 30/09/2022, com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 39.078.846,15. A Companhia deve observar *convenant*, que a compromete a manter o índice da dívida líquida, exceto sistema financeiro de habitação, sobre o patrimônio líquido menos que 50%.
- (g) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Tenda figura como fiadora, celebrado em 19/11/2021, com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 37.151.730,99. A Companhia deve observar *convenant*, que a compromete, nos casos em que sua dívida líquida junto à Caixa Econômica Federal for maior que 0 (zero), a

manter seu endividamento total menor ou igual a 45%.

- (h) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda, celebrado em 30/09/2022, com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 50.515.714,60. A Companhia deve observar *convenant*, que a compromete a manter o índice da dívida líquida, exceto sistema financeiro de habitação, sobre o patrimônio líquido menos que 50%.
- (i) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Construtora Tenda S.A., celebrado em 15/03/2023 e com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 57.029.540,91.
- (j) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Construtora Tenda S.A. figura como fiadora, celebrado em 22/08/2022 e com prazo de vencimento de 12 meses, no valor de R\$ 39.537.584,78.
- (k) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Construtora Tenda S.A. figura como fiadora, celebrado em 22/06/2022 e com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 41.636.452,63.
- (l) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Construtora Tenda S.A. figura como fiadora, celebrado em 12/08/2022 e com prazo de vencimento de 12 meses, no valor de R\$ 49.583.267,11.
- (m) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Construtora Tenda S.A. figura como fiadora, celebrado em 24/08/2022 e com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 52.938.437,65.
- (n) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Construtora Tenda S.A., celebrado em 27/03/2023 e com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 57.029.540,92.
- (o) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com S.A., celebrado em 21/06/2023 e com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 47.607.187,69.
- (p) Carta de Crédito Associativo - CCA N° 035/2022 com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., celebrado em 16/11/2022, com tempo necessário para alienação das unidades habitacionais com limite de 12 meses, no valor de R\$ 74.880.000,00.
- (q) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., em que a Construtora Tenda S.A. figura como fiadora, celebrado em 23/02/2023 e com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 78.520.034,22.

- (r) Contrato de abertura de crédito de mútuo para construção de empreendimento imobiliário com garantia hipotecária e outras avenças com a Caixa Econômica Federal, assinado pela Construtora Tenda S.A, celebrado em 23/02/2023 e com prazo de amortização de 24 meses, no valor de R\$ 65.775.664,92.

Adicionalmente, grande parte dos contratos descritos no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional contém cláusulas que determinam vencimento antecipado automático em casos em que: (i) as licenças ambientais, trabalhistas, relativas à saúde e segurança ocupacional da Companhia, sejam revogadas, canceladas, suspensas; ou (ii) por qualquer outro ato da autoridade competente que caracterize: (a) o descumprimento da legislação aplicável ao meio ambiente; e (b) direito do trabalho, inclusive, quanto ao uso de mão de obra infantil e trabalho análogo a escravo.

Por fim, dentre os contratos financeiros da Companhia, conforme item 2.1.f.i, os que estão sujeitos a vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*) são apenas aqueles que se enquadram na dívida corporativa, ou seja, as debêntures, conforme detalhadas no item 12.3 deste Formulário de Referência.

Considerando que o total do endividamento da Companhia, conforme item 2.1 (f) (i) acima, 67,15% estão sujeitos a tal cláusula.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A modalidade de financiamento à construção, contratada pela Companhia no âmbito do SFH, tem seus recursos destinados às obras dos empreendimentos a que se referem. Os recursos contratados são liberados à Companhia conforme avanço físico-financeiro das obras. Além disso, a Companhia pode fazer uso de outras fontes de financiamentos, como Cédulas de Créditos Bancários, liberados à Companhia no momento da contratação.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				31/12/2023
	2023	AV	2022	AV	X 31/12/2022 AH
Receita Líquida	2.903.087	-	2.412.586	-	20,3%
Custos	(2.294.468)	(79,0%)	(2.137.896)	(88,6%)	7,3%
Lucro (Prejuízo) bruto	608.619	21,0%	274.690	11,4%	121,6%
Despesas com Vendas	(237.786)	(8,2%)	(241.287)	(10,0%)	(1,5%)
Despesas Gerais e Administrativas	(179.461)	(6,2%)	(208.450)	(8,6%)	(13,9%)
Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos	(945)	(0,0%)	(7.381)	(0,3%)	(87,2%)
Outras receitas (despesas), líquidas	(117.747)	(4,1%)	(133.381)	(5,5%)	(11,7%)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	72.680	2,5%	(315.809)	(13,1%)	(123,0%)
Resultado financeiro	(130.751)	(4,5%)	(195.272)	(8,1%)	(33,0%)
Receitas financeiras	63.145	2,2%	54.509	2,3%	15,8%
Despesas financeiras	(193.896)	(6,7%)	(249.781)	(10,4%)	(22,4%)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(58.071)	(2,0%)	(511.081)	(21,2%)	(88,6%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(44.439)	(1,5%)	(44.632)	(1,8%)	(0,4%)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(42.994)	(1,5%)	(44.638)	(1,9%)	(3,7%)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(1.445)	(0,0%)	6	0,0%	(24.183,3%)

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(102.510)	(3,5%)	(555.713)	(23,0%)	(81,6%)
--	-----------	--------	-----------	---------	---------

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.903.087 mil comparativamente a R\$ 2.412.586 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 490.501 mil ou 20,3%. Esse aumento é atribuído ao aumento no número de unidades vendidas e ao aumento no preço médio por unidade.

Custos

Custos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.294.468 mil comparativamente a R\$ 2.137.896 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 156.572 mil ou 7,3%. Esse aumento é atribuído substancialmente a desvios de custos em obras no primeiro semestre de 2023, quando comparado com o exercício anterior.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 608.619 mil comparativamente a R\$ 274.690 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 333.929 mil ou 121,6%. Esse aumento é atribuído substancialmente à melhora da margem. Lucro bruto representou 21,00% e 11,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Despesas com Vendas

Despesas com Vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 237.786 mil comparativamente a R\$ 241.287 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma diminuição de R\$ 3.501 mil ou 1,5%. Despesas com vendas representou 8,20 % e 10,00% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, mantendo-se praticamente estável entre os exercícios comparados.

Despesas Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 179.461 mil comparativamente a R\$ 208.450 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma diminuição de R\$ 28.989 mil ou 13,90%. Essa diminuição é atribuída substancialmente a um menor provisionamento para pagamento de participação nos resultados no ano de 2023, e corte de despesas, principalmente despesas com "Serviços Prestados". Despesas gerais e administrativas representou 6,20% e 8,60% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos

Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ (945) mil comparativamente a R\$ (7.381) mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 6.436 mil ou 87,20%. Este resultado é atribuído substancialmente à movimentação de resultado das empresas com participação. Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos, líquido representou 0,00% e 0,30% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Outras Receitas (despesas), líquidas

Outras Receitas (despesas), líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 117.747 mil comparativamente a uma despesa R\$ 133.381 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma diminuição de R\$ 15.634 mil ou 11,70%. Essa variação é atribuída a menor provisionamento de contingências judiciais no período. Outras Receitas (despesas), líquidas representou 4,10% e 5,50% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Prejuízo antes do resultado financeiro

Lucro antes do resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 72.680 mil comparativamente a R\$ (315.809) mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 388.489 mil ou 123,00%. Este aumento é atribuído substancialmente ao maior volume de vendas do exercício, estabilização e diminuição dos custos de obras no exercício, fruto das revisões de estimativas dos custos orçados. Lucro antes do resultado financeiro representou 2,50% e (13,10)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Receitas Financeiras

Receitas Financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 63.145 mil comparativamente a R\$ 54.509 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 8.636 mil ou 15,80%. O aumento se deve ao fato de que a Companhia operou com um saldo médio aplicado maior do que no período anterior.

Despesas Financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 193.896 mil comparativamente a R\$ 249.781 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma diminuição de R\$ 55.885 mil ou 22,40%. Essa redução é atribuída substancialmente à quitação de dívidas durante o exercício.

Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de renda e da Contribuição social

Prejuízo Antes do Imposto de renda e da Contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 58.071 mil comparativamente a R\$ (511.081) mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 453.010 mil ou 88,60%. Prejuízo antes do IR e CSLL representou 2,00% e (21,20)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 44.439 mil comparativamente a R\$ 44.632 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 193 mil ou 0,43%. Imposto de Renda e Contribuição Social representou 1,53% e 1,85% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Prejuízo líquido do exercício

Prejuízo líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ (102.510) mil comparativamente a R\$ (555.713) mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 453.203 mil ou 81,55%. Prejuízo líquido do exercício representou 3,53 % e 23,03% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Essa variação é atribuída aos fatores mencionados nas discussões acima.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		AH (%)
	2023	2022	31/12/2023 X 31/12/2022
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	279.947	(367.338)	(176,2%)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(67.368)	431.463	(115,6%)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(244.215)	(67.507)	261,8%
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(31.637)	(3.382)	835,5%

PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Caixa líquido consumido nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 279.947 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 367.338 mil consumido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$ 647.285 mil é justificado, principalmente, ao evento de cessão de recebíveis que a companhia realizou no ano de 2023, aumento do volume de vendas e preço por unidade vendida.

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 67.368 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 431.463 mil gerado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$ 498.831 mil, é justificado pelas aplicações líquidas em títulos e valores mobiliários.

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$ 244.215 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado ao consumo de R\$ 67.507 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$ 176.708 mil, é justificada pelo maior volume de pagamento de principal e juros sobre empréstimos e também pelo pré pagamento de dívidas de curto e longo prazo no âmbito da oferta primária de ações (Follow-on).

.2 – Resultados: os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(em R\$ milhares)	31/12/2023
Incorporação, venda de imóveis, permuta e prestação de serviços de construção	3.005.278
Provisão para devedores duvidosos e distratos	(41.227)
Deduções da receita bruta ¹	(60.964)
Total receita líquida	2.903.087

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A base de sustentação das receitas da Companhia é representada, principalmente, pelas receitas de incorporação e pelas vendas de empreendimentos imobiliários.

Para informações detalhadas sobre a variação da Receita Líquida da Companhia nos dois últimos exercícios sociais, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A Companhia entende que os fatores que afetam materialmente os seus resultados operacionais são:

- Preço médio de venda²;
- Desvios de custos³;
- Volume de lançamentos e vendas;
- Evolução físico-financeira das obras⁴;
- Venda Carteiras pró-soluto⁵;

Vale ressaltar, que as variações dos resultados operacionais da Companhia, conforme detalhadas no item 2.1 (h) acima, foram impulsionadas por uma profunda revisão dos seus processos operacionais, visando aprimorar a eficiência e a qualidade em todas as etapas do seu negócio. Essa iniciativa, iniciada em 2013, tem resultado em uma maior produtividade, uma redução significativa de retrabalhos e desperdícios, e em um aumento da satisfação dos seus clientes. Além disso, também foi implementada uma gestão financeira rigorosa e estratégica,

analisando os custos detalhadamente e identificando oportunidades de otimização de geração de caixa.

Adicionalmente, no que tange aos seus resultados operacionais, os novos parâmetros do MCMV, conforme descritos no item 1.6 deste Formulário de Referência, podem melhorar a capacidade de financiamento dos potenciais clientes Tenda beneficiando a rentabilidade da Companhia.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de vendas, como por exemplo, o INCC – Índice Nacional de Custo de Construção e o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Nos contratos de venda, nossos créditos perante clientes (com exceção das parcelas de repasse – financiamento CEF) são, em sua maior parte, reajustados por índices oficiais de inflação até a entrega das chaves (durante a fase de construção) e após a concessão do “Habite-se” (pós-construção).

1 Referente a “Impostos sobre vendas de imóveis e serviços”.

2 Razão entre o volume geral de vendas (VGV) e o número total de unidades vendidas.

3 Diferença entre o previsto em orçamento e o real executado. Para mitigar os desvios, a companhia adota a abordagem industrial com melhoria contínua em seus canteiros de obras.

4 Diferença entre o montante gasto na compra de materiais/serviços e o quanto desses materiais/serviços já foram executados.

Pro-soluta são parcelas mensais que o comprador paga diretamente à Tenda referente ao percentual do valor do imóvel que não foi financiado pelo banco. A venda dessa carteira impacta o resultado operacional pois a Companhia está antecipando um recebível.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Além disso, a evolução relativa dos índices de inflação, especialmente o INCC e IPCA que, em geral, indexa os custos de construção, pode afetar a rentabilidade da atividade de incorporação imobiliária.

A variação na taxa de juros poderá afetar o custo do financiamento imobiliário e influenciar a demanda por nossos produtos. Também poderá afetar (i) nosso custo de financiamento à produção e, desta forma, impactar nos custos de construção de nossos projetos e (ii) as demais dívidas que a companhia possui ou poderá vir a contratar.

Atualmente a companhia não possui exposição direta em moedas estrangeiras, de forma que todo risco cambial se aplica de forma indireta e pode ser representado pelos riscos macroeconômicos da economia brasileira.

2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não foram registradas mudanças nas práticas contábeis da Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência no último exercício social.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não contêm opiniões modificadas presentes no relatório dos auditores independentes (conforme individualizados no item 9 do Formulário de Referência divulgado pela Companhia).

As demonstrações financeiras da Companhia contém o seguinte parágrafo de ênfase:

“Conforme descrito nas notas explicativas 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com o cliente (IFRS 15). Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.”

A Administração da Companhia entende que tal parágrafo de ênfase nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 está alinhado com as entidades do setor de incorporação imobiliária e órgãos reguladores em função da aplicação da Orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 02, 2018, em adição às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e não possuem comentários adicionais à ênfase em questão.

2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia, quando aplicáveis, encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Nos últimos três exercícios sociais, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades.

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM156"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no prejuízo adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela Receita Líquida da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), tampouco representam o fluxo de caixa para os exercícios e períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o prejuízo do exercício ou período, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por companhias que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e consiste no EBITDA ajustado por encargos financeiros capitalizados (valor de capitalização de juros reconhecido durante cada exercício social) e despesas com planos de remuneração baseados em ações (não caixa), incluindo tanto o plano SOP, como os Planos de Ações Restritas da Companhia, e seus respectivos programas, conforme definidos e detalhados no item 8 deste Formulário de Referência ("Planos de Opções de Ações"). A Companhia entende que (i) os encargos financeiros capitalizados alocados no custo conforme CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos – devem ser excluídos do EBITDA pois sua natureza é financeira e não operacional; e (ii) as despesas com os Planos de Opções de Ações também devem ser excluídas do EBITDA em função da característica patrimonial dos seus respectivos programas que visam reter os colaboradores chave. Os Planos de Opções de Ações possuem um efeito não-caixa. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado elaborado por outras empresas. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital e de efeitos tributários.

A Margem EBITDA Ajustada é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida da Companhia.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição às as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ao exercício de 2023.

Dívida Bruta

A Dívida Bruta é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao resultado da soma de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Bruta como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é o resultado da soma de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), deduzidos dos montantes de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

Índice de Dívida Líquida

O Índice de Dívida Líquida é o resultado da divisão da Dívida Líquida pelo Patrimônio Líquido. O Índice de Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao Índice de Dívida Líquida elaborado por outras empresas.

Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada

O Lucro Bruto Ajustado consiste no Lucro Bruto adicionado pelos encargos financeiros capitalizados, o qual é referente ao valor de capitalização de juros reconhecido durante cada exercício social. O Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), não possui um significado padrão e podem não ser comparáveis ao Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada elaborados por outras empresas.

A Margem Bruta Ajustada é calculada por meio da divisão do Lucro Bruto Ajustado pela Receita Líquida da Companhia.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

- **Reconciliação do EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado**

(Em milhares de reais, exceto % ou quando indicado de outra forma)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2023
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(102.510)
(+) Imposto de renda e Contribuição Social	44.439
(+) Depreciação e Amortização	39.713
(+) Resultado Financeiro	130.751
EBITDA⁽¹⁾	112.393
(+) Encargos financeiros capitalizados (apropriados no resultado) ⁽²⁾	75.618
(+) Despesas com Plano de Opções de Ações ⁽³⁾	7.457
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	195.468

Receita Líquida	2.903.087
Margem EBITDA ⁽⁵⁾	3,87%
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁶⁾	6,73%

- (1) EBITDA: Lucro (Prejuízo) Líquido do Período adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.
- (2) Encargos financeiros capitalizados: refere-se ao valor de capitalização de juros reconhecido durante cada exercício social.
- (3) Despesas com Plano de Opções de Ações: inclui tanto o plano SOP, como os Planos de Ações Restritas da Companhia, e seus respectivos programas, conforme definidos e detalhados no item 8 deste Formulário de Referência ("Planos de Opções de Ações").
- (4) EBITDA Ajustado: consiste no EBITDA ajustado por encargos financeiros capitalizados (apropriados no resultado) e despesas com planos de remuneração baseados em ações (não caixa), incluindo tanto o plano SOP, como os Planos de Ações Restritas da Companhia, e seus respectivos programas, conforme definidos e detalhados no item 8 deste Formulário de Referência ("Planos de Opções de Ações"). A Companhia entende que (i) os encargos financeiros capitalizados alocados no custo conforme CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos – devem ser excluídos do EBITDA pois sua natureza é financeira e não operacional; e (ii) as despesas com os Planos de Opções de Ações também devem ser excluídas do EBITDA em função da característica patrimonial dos seus respectivos programas que visam reter os colaboradores chave. Os Planos de Opções de Ações não afetam o resultado operacional da Companhia e possuem um efeito não-caixa.
- (5) Margem EBITDA: é calculada pela divisão do EBITDA pela Receita Líquida da Companhia.
- (6) Margem EBITDA Ajustada: é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida da Companhia.

• Dívida Líquida

(Em milhares de reais, exceto % ou quando indicado de outra forma)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2023
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	383.297
(+) Debêntures (circulante e não circulante)	796.798
Dívida Bruta⁽¹⁾	1.180.095
(-) Caixa e equivalentes de caixa	52.055
(-) Títulos e valores mobiliários	666.760
Dívida Líquida⁽²⁾	461.280
Patrimônio líquido	864.437
Índice de Dívida Líquida⁽³⁾	53,36%

- (1) Dívida Bruta: soma de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e Debêntures (circulante e não circulante).
- (2) Dívida Líquida: soma de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), deduzidos dos montantes de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (3) Índice de Dívida Líquida: Dívida Líquida dividida pelo Patrimônio Líquido.

• Reconciliação do Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada

(Em milhares de reais, exceto % ou quando indicado de outra forma)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2023
Receita Líquida	2.903.087
Lucro (prejuízo) Bruto	608.619
Margem Bruta ⁽¹⁾	20,96%
(+) Encargos financeiros capitalizados ⁽²⁾	75.618
Lucro bruto Ajustado ⁽³⁾	684.237
Margem Bruta Ajustada ⁽⁴⁾	23,57%

- (1) Margem Bruta: consiste no resultado da divisão do Lucro Bruto pela Receita Líquida.
- (2) Encargos financeiros capitalizados: refere-se ao valor de capitalização de juros reconhecido durante cada exercício social.
- (3) Lucro bruto Ajustado: consiste no Lucro Bruto adicionado pelos encargos financeiros capitalizados.
- (4) Margem Bruta Ajustada: é calculada por meio da divisão do Lucro Bruto Ajustado pela Receita Líquida da Companhia.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medida que proporciona informações úteis a potenciais investidores, analistas financeiros e ao público, para que possam analisar o desempenho financeiro da Companhia, sendo usado internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma compreensão útil da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Já com relação à Margem EBITDA, a Companhia entende ser apropriado utilizá-la por se tratar

de um indicador que além de medir a performance da operação, é comparável com o que a concorrência divulga.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como medida de desempenho auxiliar para compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Portanto, a Companhia entende que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuições sociais, e (iii) às suas despesas com SOP, que não têm efeito no fluxo de caixa da Companhia.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Dívida Bruta

A Companhia utiliza Dívida Bruta para compreensão da sua condição financeira e dos seus resultados operacionais por entender se tratar de medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras.

Dívida Líquida

A divulgação de informações sobre a Dívida Líquida visa apresentar uma visão geral do endividamento e da posição financeira da Companhia. Na gestão dos negócios da Companhia, utilizamos a Dívida

Líquida como forma de avaliar sua posição financeira. A Companhia entende que essa medida funciona como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais. Adicionalmente, utiliza a Dívida Líquida em obrigações (*covenants*) relacionadas com alguns de nossos contratos de financiamento.

Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada

A Companhia entende que este ajuste funciona como uma ferramenta importante para comparação dos lucros e margens operacionais com demais concorrentes de mercado, não considerando eventuais distorções relativas aos encargos financeiros capitalizados.

2.6 - Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2023, e apresentaram os seguintes eventos subsequentes:

Venda de Recebíveis (“Cessão”)

Em fevereiro de 2024 a Companhia liquidou operação de securitização de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”) emitidos pela True Securitizadora S.A., os quais foram distribuídos por meio de ofertas públicas, em regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 (“Ofertas”), lastreados em Cédulas de Crédito Imobiliário fracionárias e integrais (“CCIs”) emitidas pela Securitizadora para representar os créditos imobiliários de titularidade da Companhia.

A oferta totalizou um montante R\$173.260, com vencimentos até março de 2032 e remuneração de 50% IPCA+7,9% ao ano e 50% CDI+3,5% ao ano, sendo o montante total líquido recebido pela Companhia, o valor de R\$167.693.

Regime especial de tributação - RET 1%

Em 07 de março de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa nº 2.179 da Receita Federal do Brasil, que dispõe sobre os regimes especiais de tributação aplicáveis às (i) incorporações imobiliárias objeto de patrimônio de afetação, (ii) às construções e incorporações de imóveis residenciais de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (“MCMV”) destinados às famílias cuja renda se enquadre na Faixa 1 Urbano (“FX1 Urbano”), e (iii) às construções de unidades habitacionais contratadas no âmbito dos Programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela, que passa a ser de 1% (“RET 1%”).

A Administração efetua suas análises para implementação desse tema bem como a apuração dos impactos em seus números, que tendem a ser bastante benéficos dada a toda a exposição que a Companhia possui nos menores extratos de renda, objeto principal da nova regra.

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que, após deduzidos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda do resultado do e, além da participação dos administradores da Companhia até o limite máximo legal, a ser distribuída de acordo com parâmetros estabelecidos pelo conselho de administração: (i) 5% do lucro líquido do exercício social, até atingir 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º, do artigo 193, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se à para a reserva legal; e (ii) importância não superior a 71,25% do lucro líquido ajustado anual será destinada para a constituição de reserva de investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, participação em consórcios ou outras formas de associação para a realização do objeto social (“Reserva de Investimentos”). A Reserva de Investimentos não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo esse limite, caberá à assembleia geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social.
(a.i) Valores das retenções de lucros	Não aplicável, uma vez que foi apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, uma vez que foi apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que, após a destinação de 5% do lucro líquido para a formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo do lucro líquido restante, ajustado na forma do artigo 202 do referido dispositivo legal, destinar-se-á 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Adicionalmente, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Nos termos das Escrituras de Emissão da 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures da Companhia, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, caso a Companhia esteja em mora no âmbito desses contratos, a distribuição de dividendos culminará o vencimento antecipado das dívidas, com exceção do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, nos termos da CCB nº 41501106-0, conforme descrita no item 2.1 deste Formulário de Referência, caso a Tenda Negócios Imobiliários S.A. esteja em mora no âmbito deste contrato, a distribuição de dividendos pela Companhia, enquanto fiadora da operação, culminará o vencimento antecipado da dívida, com exceção do dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto acima. Para informações adicionais sobre as restrições à dividendos impostas por contratos à Companhia, vide itens 2.1 (f) (iv) e 12, conforme aplicável.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 - Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social.

2.9 - Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social, nos termos do item 2.8 acima).

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social, nos termos do item 2.8 acima).

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social, nos termos do item 2.8 acima).

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O modelo de negócios da Companhia é baseado em uma abordagem industrial da construção civil, ancorada em três pilares: produtos padronizados, coordenação entre atores e continuidade produtiva.

O foco em habitação popular permitiu à Companhia o desenvolvimento de produtos padronizados, o que permite a busca por ganhos de escala e melhoria contínua. A Companhia atua com uma única Unidade de Manutenção de Estoque (“SKU” - *Stock Keeping Unit*) nos prédios sem elevador;

A Companhia atua exclusivamente em regiões metropolitanas do Brasil, onde a formação anual de famílias garante uma demanda constante e permite à Companhia construir de forma eficiente, com o uso de formas de alumínio (o que garante maior controle dos projetos desenvolvidos) e mão-de-obra própria (quase todas as atividades relacionadas à estrutura dos edifícios são feitas por funcionários contratados diretamente pela Companhia);

Em suas operações, a Companhia utiliza o conceito de linhas de produção (em substituição à produção em batelada), trazendo conceitos da Engenharia de Produção para a Engenharia Civil.

A melhoria contínua, advinda da abordagem industrial, permite a redução do custo de construção, o que viabiliza a oferta de produtos mais acessíveis na comparação com os seus *peers*. Com preços mais baixos, a Companhia garante uma velocidade de vendas superior, o que traz um ganho de escala que retroalimenta os benefícios da abordagem industrial e permite crescimento e geração de valor.

Nesse sentido, os investimentos realizados pela Companhia até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 270 milhões, divididos entre Opex e Capex, destinados ao desenvolvimento do negócio Alea S.A.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes de suas atividades operacionais, empréstimos e financiamentos bancários, além de captação de recursos no mercado de capitais. Para informações adicionais sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, bem como os valores mobiliários emitidos pela Emissora, vide item 2.1 (f) e a Seção 12, respectivamente, do Formulário de Referência divulgado pela Companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nesta data, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em evento realizado no dia 09 de dezembro de 2021 (Tenda Day), divulgamos a inauguração da fábrica em Jaguariúna. Nesta data, a fábrica tem capacidade plena para a produção de 10 mil unidades do nosso modelo off-site por ano.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Plano estratégico da Tenda toma como base os temas materiais propostos pelo SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e pelo S&P SAM CSA (*Corporate Sustainability Assessment*) para o setor, além de outros aspectos materiais derivados da atuação da Tenda no segmento de habitação popular.

Nesse sentido, a atuação da Companhia no segmento de habitação popular contribui para inclusão social, ao desenvolver produtos ao alcance das famílias de baixa renda em empreendimentos que trazem bem-estar, saneamento e infraestrutura para as comunidades.

Além disso, em sua maioria, os colaboradores envolvidos na construção dos imóveis da Companhia são empregados diretamente e não terceirizados (prática do setor). Essa configuração traz mais segurança e estabilidade para os colaboradores, já que práticas de segurança e saúde ocupacional rigorosas são adotadas, e os riscos são monitorados de forma contínua.

Sob o aspecto de impacto ambiental, as construções de unidades de imóveis pela Alea S.A. com *woodframe* são realizadas com madeira obtida por meio do reflorestamento, sendo os fornecedores da Companhia certificados para tal.

Diante disso, a Companhia entende que (i) a inclusão social; (ii) o comprometimento com a satisfação do cliente; (iii) a segurança e estabilidade de seus colaboradores; e (iv) o impacto ambiental positivo de suas construções, são elementos intrínsecos ao seu plano de negócios e se relacionam diretamente com questões ASG, alcançando uma gama ampla e complexa de partes interessadas – incluindo, principalmente, seus clientes, a comunidade como um todo e também o meio ambiente e, por conseguinte, atendendo da melhor forma os diversos interesses envolvidos pela sua atuação.

Portanto, seu plano de negócios coloca a Companhia em uma posição de geração de valor compartilhado entre os seus sócios e as demais partes interessadas.

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

Anexo II

Informações sobre os membros do Conselho Fiscal Indicados
(Conforme artigo 11 da Resolução CVM 81 – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
José Luiz Ribeiro de Carvalho	23/05/1957	Conselho Fiscal	24/04/2024	Até a AGO que aprovar o exercício de 2024
007.769.948-32	Economista	C.F.(Efetivo) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	30 de abril de 2021			
<p>José Luiz Ribeiro de Carvalho é atualmente presidente do GLENIF (Grupo Latino de Estudos das Normas Internacionais de Contabilidade). Ainda, ocupa os cargos de membro do Conselho Fiscal da Construtora Tenda, presidente do Conselho Fiscal da C'adoro Hotels, membro do Grupo Técnico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP), atuando como coordenador da Comissão ASG e da Comissão Técnica. Também é membro da Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica de Auditores do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e professor do IBRACON, ministrando aulas nas áreas de Auditoria e Contabilidade na Educação Executiva.</p> <p>José Luiz foi sócio da KPMG em São Paulo até 2017, especificamente na área de auditoria de demonstrações financeiras. Foi responsável pelo Departamento de Práticas Profissionais (DPP) da KPMG por mais de cinco anos e coordenou o Programa Internacional de Qualidade da empresa por mais de dez anos. Atuou como auditor em empresas públicas e multinacionais, aplicando padrões internacionais de auditoria.</p> <p>Além disso, possui Mestrado em Contabilidade Financeira pela FECAP (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) e é graduado em Economia e Ciências Contábeis pela FMU (São Paulo) e FET (São Paulo). É membro do ACI (Audit Committee Institute) da KPMG e possui certificado de Governança Corporativa pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). Tem fluência em inglês e espanhol, e é reconhecido por sua vasta experiência em auditoria independente e governança corporativa.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. José Luiz Ribeiro de Carvalho em entidades do terceiro setor.</p> <p>Nenhuma das sociedades citadas acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. José Luiz Ribeiro de Carvalho tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou



fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.



Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Laércio Lampiasi	03/11/1960	Conselho Fiscal	24/04/2024	Até a AGO que aprovar o exercício de 2024
044.065.058-57	Contador	C.F.(Efetivo) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	25 de abril de 2018			

Laércio Lampiasi é consultor contábil e tributário, com experiência em assistência técnica judiciária em causas tributárias em níveis Federal, Estadual e Municipal. Anteriormente, atuou como gerente de planejamento tributário na Gafisa S.A. por 17 anos, ingressando em 2001. Iniciou sua carreira na PRODAM e gerenciou áreas contábil, tributária e de controladoria em diversas empresas, incluindo a União Associação Brasileira de Pecúlios, a Arcesp Previdência Privada e a Reichhold S.A.

Laércio é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e possui pós-graduação em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Gestão Empresarial pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP).

Atualmente, Laércio é membro efetivo do Conselho Fiscal da Construtora Tenda.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Laércio Lampiasi em entidades do terceiro setor.

Nenhuma das sociedades citadas acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Laércio Lampiasi tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Fábio Antônio Pereira	16/07/1967	Conselho Fiscal	24/04/2024	Até a AGO que aprovar o exercício de 2024
105.056.268-29	Administrador de Empresas	C.F.(Efetivo) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	25 de abril de 2018			
<p>Fábio Antônio Pereira é executivo financeiro com histórico de liderança em empresas no Brasil e nos Estados Unidos. Exerceu funções nas áreas de tesouraria, planejamento e orçamento, controladoria, planejamento tributário, controles internos e contabilidade das empresas para as quais atuou. Atualmente, Fábio é CFO do Grupo Armco.</p> <p>Sua formação acadêmica inclui um MBA Executivo em Gestão de Negócios pela FGV/RJ e bacharelado em Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Direito. Fábio também atua em conselhos fiscais de outras empresas, dentre elas a Construtora Tenda S.A., Multiner S.A., Madeira Energia S.A., New Energy Options Geração de Energia S.A. e Grupo Casas Bahia.</p> <p>Seu histórico profissional inclui também a atuação como diretor do Grupo Fast Solutions, ID&T Brasil Eventos Ltda., SBF Comércio e Indústria de Produtos Esportivos Ltda., Gafisa S.A., Gol Transportes Aéreos S.A. e Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, além de ter experiência em empresas de auditoria como Arthur Andersen e Deloitte Touche Tohmatsu.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Fábio Pereira em entidades do terceiro setor.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Fábio Pereira tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle, mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves	20/06/1977	Conselho Fiscal	24/04/2024	Até a AGO que aprovar o exercício financeiro de 2024
079.968.627-10	Engenheiro	C.F.(Suplente) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	30 de abril de 2021			

Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves é sócio da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., onde atua na área de gestão desde abril de 2003. Iniciou sua carreira em 2000 no Banco UBS como Analista de ações para setor elétrico e de saneamento. É graduado em Engenharia de Produção Elétrica pela PUC-Rio.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves em entidades do terceiro setor.

O somatório líquido das aquisições de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo conjunto de fundos e carteiras geridos pela Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e pela Polo Capital Internacional Gestão de Recursos Ltda, atingiram participação relevante de 24,10% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V15, atualizado em 28/02/2023.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
José Carlos Heine Domingues	15/02/1964	Conselho Fiscal	24/04/2024	Até a AGO que aprovar o exercício financeiro de 2024
786.650.867-49	Contador	C.F.(Suplente) Eleito P/Minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	24 de abril de 2024			
<p>José Carlos Heine Domingues desempenha a atividade de Consultor Tributário e Fiscal atualmente. Foi gestor de áreas administrativas, contábeis e financeiras em empresas do ramo de construção civil (Gafisa e Atlântica Residencial) e atuou no ramo bancário (Banco Icatu e Banco Boa Vista). É graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho – RJ e possui pós-graduação pelo Instituto Brasileiro de Estudos em Finanças e Administração Pública – IBFAP/RJ, Rio de Janeiro.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. José Carlos Heine Domingues em entidades do terceiro setor.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. José Carlos Heine Domingues tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Nome	Data de nascimento	Órgão da Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Eleito pelo controlador?
Membro independente?	Data de início do primeiro mandato, em caso de mandatos consecutivos			
Experiência profissional/declarações sobre condenações				
Luis Fernando Prudêncio Velasco	23/07/1961	Conselho Fiscal	24/04/2024	Até a AGO que aprovar o exercício financeiro de 2024
099.493.558-77	Engenheiro	C.F.(suplente) eleito P/minor. Ordinaristas	-	N/A
N/A	24 de abril de 2024			
<p>Luis Fernando Prudêncio Velasco é membro do Conselho de Administração e Coordenador titular do Comitê de Auditoria da empresa Dancor S.A e membro suplente do Conselho Fiscal da BRF. Iniciou a carreira na firma de auditoria Arthur Andersen, onde permaneceu de 1985 a 1993, tendo posteriormente atuado em empresas como Philips, Esab, ERM e Kaefer. É graduado em Engenharia Civil pela UNICAMP, com pós-graduação em Finanças pela FGV-SP, e possui especializações em estratégia, finanças, M&A e governança corporativa pela Kellogg School of Management, IMD, Fundação Dom Cabral-FDC, FIA-USP e IBGC.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Luis Fernando Prudêncio Velasco em entidades do terceiro setor.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Luis Fernando Prudêncio Velasco tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>				

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros.

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

Anexo III

Informações sobre a remuneração dos Administradores da Companhia (Conforme artigo 13 da Resolução CVM 81 – Item 8 do Formulário de Referência)

8. Remuneração dos administradores

8.1 – Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração dos Administradores (“Política de Remuneração”), aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia em 17 de dezembro de 2019, visa determinar os critérios e modelos de remuneração do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia, em linha com as melhores práticas de remuneração e de governança corporativa assessorados por consultorias externas conceituadas no mercado, sendo que anualmente é aprovado em AGO (Assembleia Geral Ordinária) a remuneração global dos administradores e dos membros dos comitês de assessoramento da Companhia (conforme detalhados no item 7 deste Formulário de Referência).

A Política de Remuneração está disponível para consulta no *site* de Relações com Investidores da Companhia <https://ri.tenda.com/governanca-corporativa/estatuto-politicas-diretrizes> e na página da CVM em www.cvm.gov.br.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Havendo a fixação de forma global, no âmbito da AGO, caberá ao Conselho de Administração definir os valores a serem pagos individualmente aos seus próprios membros, aos membros da Diretoria Estatutária e dos membros dos comitês de assessoramento da Companhia. Caberá também ao conselho de administração distribuir, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela assembleia geral.

Vale ressaltar que, o Comitê de Pessoas (antigo Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança Corporativa) faz recomendações com base em estudos salariais frequentemente atualizados para subsidiar a tomada de decisão do Conselho de Administração.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Anualmente o Comitê de Pessoas recomenda a remuneração individual dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, com base em estudos desenvolvidos por consultorias especializadas. Os estudos levam em consideração empresas líderes de mercado, de porte equivalente, de diferentes setores de atuação e com nível equivalente de governança corporativa.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração verifica a Política de Remuneração anualmente, visando a manutenção da atratividade e a retenção dos administradores da Companhia, eventualmente realizando os ajustes de estratégia que entender necessário para tal finalidade.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e incentivo de longo prazo, na forma dos respectivos Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas (conforme definidos e detalhados no item 8.4 deste Formulário de Referência).

A remuneração do Conselho de Administração é definida considerando a mediana de mercado, com base em pesquisa realizada por consultoria externa para as posições de conselheiro, coordenador de comitê e presidente do conselho de administração.

Membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de benefício, porém são reembolsados em suas despesas de viagem (transportes, hotel, etc.) ao atenderem as reuniões e viagens relacionadas à Companhia.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, variável de curto prazo (participação nos resultados) e incentivos de longo prazo baseados nos respectivos Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas e nos Programas Tenda SOP (conforme definidos e detalhados no item 8.4 deste Formulário de Referência).

Os valores pagos a título de remuneração fixa, variável de curto prazo e incentivos de longo prazo são auferidos junto ao mercado via contratação de consultoria externa. A parcela variável tem significativa representatividade na remuneração total, permitindo maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas.

O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, caso as metas estabelecidas para o período sejam atingidas ou superadas. Da mesma forma, os incentivos de longo prazo, baseado nos respectivos Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas e nos Programas Tenda SOP, visam recompensar o resultado de um período mais longo, geralmente a partir de 3 (três) anos.

Adicionalmente à remuneração fixa e variável, a Companhia oferece a seus diretores estatutários os benefícios de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida e vale refeição, os quais são estabelecidos de acordo com o padrão de mercado e convenção coletiva.

Conselho Fiscal

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal é estabelecida seguindo a legislação existente em vigor, e será fixada pela Assembleia Geral que os elegeram, e não poderá ser inferior para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros do conselho fiscal não possuem remuneração variável e benefícios.

Comitês

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração também são administradores ou empregados da Companhia e, portanto, não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A prática adotada pela Companhia com relação aos componentes da remuneração está diretamente alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos: a remuneração fixa somada ao incentivo de curto prazo (bônus), refletem médias de mercado com componentes de avaliação que levam em consideração KPIs de criação de valor a longo prazo, enquanto os expressivos incentivos de longo prazo elevam a remuneração total caso a empresa cresça, tenha boa performance e suas ações se valorizem no mercado de capitais. Desta forma, a companhia entende que o modelo de remuneração concentrado em incentivos de longo prazo está alinhado ao ciclo operacional e financeiro do mercado em que atua.

- **Sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais**

Conselho de Administração

No exercício de 2023, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 86% de remuneração fixa e 14% de incentivos de longo prazo. No exercício social de 2022, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 53% de remuneração fixa e 47% de incentivos de longo prazo. Em 2021, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 61% de remuneração fixa e 39% de incentivos de longo prazo.

Diretoria Estatutária

No exercício social de 2023, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 66% de remuneração fixa, 52% de incentivos a curto prazo e -18% de incentivos de longo prazo (nota no item 8.20 deste formulário de referência).

No exercício social de 2022, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 47% de remuneração fixa, 33% de incentivos a curto prazo e 20% de incentivos de longo prazo. No exercício social de 2021, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 71% de remuneração fixa, 1% de incentivos a curto prazo e 28% de incentivos a longo prazo.

Conselho Fiscal

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 a remuneração total do Conselho Fiscal esteve alocada da seguinte forma em 100% de remuneração fixa.

Comitês

Todos os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração também são administradores ou empregados da Companhia e, portanto, não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

Sua metodologia de cálculo e de reajuste

Os valores de remuneração praticados pela Companhia aos seus administradores são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de ajuste em algum dos componentes. As pesquisas englobam empresas líderes de mercado, de porte equivalente, de diferentes setores de atuação e com nível equivalente de governança corporativa.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A remuneração variável de curto prazo está diretamente relacionada aos indicadores contidos no *Scorecard* da Companhia, o qual é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, como por exemplo, retorno sobre o patrimônio líquido ("ROE"), geração de caixa, EBITDA, volume de repasses, entre outros.

O incentivo de longo prazo outorgado aos diretores sob o formato dos Programas Tenda SOP considera unicamente a valorização das ações (incluindo-se distribuição de dividendos e JCP) da Companhia dentro dos prazos pré-determinados pelos programas.

O incentivo de longo prazo outorgado aos diretores sob o formato dos Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas considera um patamar mínimo de valorização da ação (incluindo-se a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio – JCP), comparada à expectativa interna de valorização da ação e com *benchmarks*. Ambos os aspectos compõem uma matriz de apuração e são definidos objetivamente pelo Conselho no momento da outorga de cada programa.

O incentivo de longo prazo outorgado aos conselheiros sob o formato Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas considera unicamente o valor da ação na data de outorga.

Atualmente a Companhia não adota indicadores de desempenho baseados em questões ASG, para fins de remuneração.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis tanto de curto como de longo prazo, o que é parte de sua política de compartilhar o risco e o resultado com seus administradores. As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados, alinhadas às práticas de mercado.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável. Uma vez que não existem membros não remunerados na Administração da Companhia.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há remuneração dos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

As opções outorgadas nos Programas Tenda SOP terão seus prazos de carência antecipados e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, pelo prazo de 90 (noventa) dias, assim como as ações restritas outorgadas no Programas Tendados Planos de Ações Restritas terão seus prazos de carência antecipados e os Beneficiários Tenda terão direito

a receber as referidas ações restritas no prazo de até 60 (sessenta) dias, caso:

i. O Beneficiário seja rebaixado de posição na Companhia ou caso ocorra o término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário, sem justa causa, por iniciativa da Companhia, em até 2 (dois) anos contados a partir dos seguintes eventos:

a. da realização de qualquer operação de incorporação, incorporação de ações, fusão, cisão, ou outra forma de reorganização da Companhia, tenha esta sido a sociedade remanescente, e pela qual o patrimônio líquido anterior da Companhia passe a representar parcela inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da companhia resultante (ou da companhia de maior porte, no caso de cisão);

b. da aquisição de participação equivalente a 30% (trinta por cento) ou mais do capital social da Companhia por pessoas naturais ou jurídicas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, inclusive se sujeitas a controle comum ou ligadas entre si, qualquer que tenha sido a forma de aquisição de tal participação, seja em uma ou mais operações; e

(f) da dissolução da Companhia.

i. Caso se concretize uma oferta pública de ações ("OPA") para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e

ii. Ocorra qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% (vinte e cinco por cento) ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no estatuto social da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	13,00	3,00	22,00
Nº de membros remunerados	6,00	13,00	3,00	22,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual	2.550.600,00	12.260.807,00	360.000,00	15.171.407,00
Salário ou pró-labore	2.550.600,00	10.829.000,00	360.000,00	13.739.600,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.431.807,00	0,00	1.431.807,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	247.924,00	19.446.872,00	0,00	19.694.796,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.614.725,00	0,00	9.614.725,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	247.924,00	9.832.147,00	0,00	10.080.071,00
Observação	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP.	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP.	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP.	
Total da remuneração*	2.798.524,00	31.707.679,00	360.000,00	34.866.203,00

*o valor total da remuneração não contempla valores referentes a INSS (R\$ 2.627.920).

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	11,42	3,00	20,75
Nº de membros remunerados	6,33	11,42	3,00	20,75
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração fixa anual	2.580.400,00	9.861.189,00	360.000,00	12.801.589,00
Salário ou pró-labore	2.580.400,00	8.368.000,00	360.000,00	11.308.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.493.189,00	0,00	1.493.189,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	432.562,00	5.129.496,00	0,00	5.562.058,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	7.817.226,00	0,00	7.817.226,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	432.562,00	-2.687.730	0,00	-2.255.168,00
Observação	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP.	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP.	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP.	
Total da remuneração*	3.012.962	14.990.686,00	360.000,00	18.363.648,00

*o valor total da remuneração não contempla valores referentes a INSS (R\$ 2.261.680).

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	14,08	3,00	24,08
Nº de membros remunerados	7,00	14,08	3,00	24,08
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração fixa anual	2.760.000,00	12.115.072,00	360.000,00	15.235.072,00
Salário ou pró-labore	2.760.000,00	10.600.733,00	360.000,00	13.720.733,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.514.339,00	0,00	1.514.339,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável	2.429.186,00	13.858.231,00	0,00	16.287.417,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	8.731.231,00	0,00	8.731.231,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.429.186,00	5.127.000,00	0,00	7.556.186,00
Observação	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP.	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP.	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 - CVM/SEP.	
Total da remuneração	5.189.186,00	25.973.303,00	360.000,00	31.522.489,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	16,25	3	26,25
Nº de membros remunerados	7	16,25	3	26,25
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração fixa anual	2.646.774,00	11.930.249,00	360.000,00	14.937.023,00
Salário ou pró-labore	2.646.774,00	10.468.956,00	360.000,00	13.475.730,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.461.293,00	0,00	1.461.293,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável	1.725.711,00	4.883.956,00	0,00	6.609.667,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	179.550,00	0,00	179.550,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.725.711,00	4.704.406,00	0,00	6.430.117,00
Observação	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP.	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP.	Como disposto no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Para a remuneração global prevista para 2023, não foram considerados os encargos sociais incidentes sobre a remuneração da administração, conforme as orientações revisadas contidas no Ofício Circular/ Anual – 2024 – CVM/SEP.	
Total da remuneração	4.372.485,00	16.814.205,00	360.000,00	21.546.690,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	13,00	3,00	22,00
Nº de membros remunerados	6,00	13,00	3,00	22,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5.583.957,00	0,00	5.583.957,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	11.352.125,00	0,00	11.352.125,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9.614.725,00	0,00	9.614.725,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,33	11,42	3,00	20,75
Nº de membros remunerados	0,00	11,00	0,00	11,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.991.929,00	0,00	3.991.929,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.793.729,00	0,00	8.793.729,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7.459.896,00	0,00	7.459.896,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7.817.226,00	0,00	7.817.226,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	14,08	3,00	24,08
Nº de membros remunerados	0	13,00	0	13,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.651.375,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12.377.083,00	0,00	12.377.083,00

remuneração	0,00	9.901.667,00	0,00	9.901.667,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	8.731.231,00	0,00	8.731.231,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	16,25	3	26,25
Nº de membros remunerados	0	2,00	0	2,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12.157.563,00	0,00	12.157.563,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9.726.050,00	0,00	9.726.050,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	179.550,00	0,00	179.550,00

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações: em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

(a) Termos e condições gerais

- Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“SOP”)

No âmbito do SOP da Companhia, são elegíveis para participar os administradores e empregados de alto nível da Companhia indicados pela Diretoria com base em critérios de avaliação de performance e aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentro dos limites estabelecidos pelo SOP, o Conselho de Administração é responsável por realizar outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições específicas aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas Tenda SOP”), nos quais podem ser definidos:

- (i) os administradores e empregados da Companhia que serão beneficiários do programa SOP (“Beneficiários Tenda” ou “Beneficiário”);
- (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga e sua divisão em lotes;
- (iii) o preço de exercício e eventuais descontos;
- (iv) o prazo de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (v) restrições à disponibilidade das ações recebidas pelo exercício da opção; e
- (vi) metas relacionadas ao desempenho dos empregados, dos administradores ou da Companhia.

O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico. Atualmente, o Comitê de Pessoas é responsável por analisar e recomendar todas as ações relacionadas à remuneração e incentivos de longo prazo, para aprovação do Conselho de Administração.

Os Beneficiários Tenda SOP contemplados pelas outorgas celebram com a Companhia seus respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações (“Contratos de Opção Tenda”), por meio dos quais os Beneficiários Tenda SOP têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do SOP e do Programa Tenda SOP correspondente. Os Contratos de Opção Tenda podem prever condições específicas aplicáveis a determinado Beneficiário.

Em 31 de dezembro de 2023, estavam vigentes 3 Programas Tenda SOP, tanto para diretores estatutários como para empregados, conforme aplicável e listados abaixo:

Programa 2014:

- Data de aprovação: 11/08/2014.
- Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração.
- Quantidade de opções outorgadas aos diretores estatutários: 10.020.000
- Data da outorga: 31/03/2014.
- Prazo de *vesting*: de 4 a 5 anos (4º ano: 20% | 5º ano: 80%), ou seja, todas as opções outorgadas aos diretores estatutários no âmbito deste Programa 2014, já estão vestidas.
- Prazo máximo de exercício: 10 anos (inicialmente março/2024, mas aditado para prorrogar até março/2026).

O número de opções outorgadas considera o grupamento de ações da companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2016 e desdobramento de ações realizado em 25 de março de 2019.

Programa 2016:

- Data de aprovação: 09/05/2016.
- Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração.
- Quantidade de opções outorgadas aos diretores estatutários: 240.000.

O diretor estatutário Beneficiário das opções acima outorgadas, foi desligado da Companhia em 31 de janeiro de 2022e, a partir de então, não subsiste qualquer obrigação referente a este Programa 2016 para a Companhia. O saldo de opções a exercer no momento do desligamento era de 234.667 opções de ações, sendo que elas foram totalmente exercidas em fevereiro de 2022.

- Data da outorga: 31/03/2016.
- Prazo de *vesting*: 4 a 5 anos. (4º ano: 20% | 5º ano: 80%), ou seja, todas as opções outorgadas ao diretor estatutário no âmbito deste Programa 2016, já estão vestidas.
- Prazo máximo de exercício: 10 anos (março/2026).

Programa 2017:

- Data de aprovação: 10/04/2017.
- Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração.
- Quantidade de opções outorgadas aos diretores estatutários: No âmbito deste Programa 2017, não foram outorgadas opções para diretores estatutários, apenas para gerentes da Companhia. Para informações adicionais sobre este programa, vide item 10.3 deste Formulário de Referência.

Para melhor compreensão dos itens 8.5 a 8.8, a Companhia ressalta que apenas as outorgas realizadas e vestidas referentes aos Programas 2014 e 2016, impactam as informações divulgadas nos respectivos itens mencionados, já que o Programa 2017 não outorgou opções de ações a diretores estatutários.

Planos de Outorga de Ações Restritas (“Planos de Ações Restritas”)

No âmbito dos Planos de Ações Restritas da Companhia, são elegíveis para participar os administradores, conselheiros e empregados de alto nível da Companhia indicados pela Diretoria com base em critérios de avaliação de performance e aprovados pelo Conselho de Administração.

Obedecidas as condições gerais dos planos, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração dos Planos de Ações Restritas e dos respectivos programas (“Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas”), incluindo:

- (i) criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de ações restritas, observados os termos gerais do plano, e a solução de dúvidas de interpretação do plano e dos respectivos programas;
- (ii) a eleição dos Beneficiários Tenda e a autorização para outorgar ações restritas em seu favor, estabelecendo todas as metas e condições de aquisição de direitos relacionados às ações restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente, observados os termos e princípios dos Planos de Ações Restritas e o disposto nos respectivos contratos de outorga;
- (iii) a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das ações restritas, nos termos do plano e da Resolução CVM n.º 77, de 29 de março de 2022;
- (iv) definir metas relacionadas ao desempenho dos Beneficiários Tenda e/ou da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para o recebimento das ações restritas, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia;
- (v) tomar quaisquer providências necessárias para a administração dos Planos de Ações Restritas e dos respectivos programas;
- (vi) propor eventuais alterações aos dos Planos de Ações Restritas a serem submetidas à aprovação da assembleia geral extraordinária; e
- (vii) a criação de programas e a definição da quantidade de ações restritas objeto de cada programa.

Os planos serão administrados pelo Conselho de Administração, podendo contar com um comitê consultivo criado ou indicado pelo Conselho de Administração para assessorá-lo na administração do plano e dos programas, cabendo, no entanto, qualquer decisão ao Conselho de Administração.

Ainda, de acordo com os dos Planos de Ações Restritas:

- (a) o Conselho de Administração da Companhia somente poderá aprovar 1 (um) programa de outorga de ações restritas por ano, que seja destinado a membros do Conselho de Administração; e

(b) qualquer alteração a referido programa, após sua aprovação, somente poderá ser realizada mediante autorização da assembleia geral de acionistas da Companhia.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários Tenda, os quais deverão especificar, se aplicável, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração:

- (i) o *target* de ações restritas objeto da outorga;
- (ii) os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações restritas;
- (iii) as métricas de desempenho; e
- (iv) a possibilidade de incidência de tributos sobre a entrega de ações, inclusive o imposto de renda retido sobre a fonte (“IRRF”), mediante a redução de parte das ações restritas a serem conferidas.

Em 31 de dezembro de 2023, estavam vigentes 5 Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas para diretores estatutários e membros do conselho de administração da Companhia, conforme listados abaixo:

Programa 2021:

Data de aprovação: 18/03/2021.

- Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração.
- Quantidade de ações restritas outorgadas aos diretores estatutários: 341.400.
- Quantidade de ações restritas outorgadas aos membros do conselho de administração: 147.504.
- Data da outorga: 31/01/2021.
- Carência: 3 anos para diretores estatutários, e 2 anos para membros do conselho de administração com Lock- Up de 2 anos após o vesting
- Entrega das ações: uma vez cumprido o período de carência, é necessário que termos e condições específicas, bem como eventuais métricas de desempenho sejam atendidas, conforme aplicável, para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

Programa 2021 Adicional:

- Data de aprovação: 28/06/2021.
- Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração.
- Quantidade de ações restritas outorgadas ao diretor estatutário: 168.357.
- Quantidade de ações restritas outorgadas aos membros do conselho de administração: não houve outorga no âmbito deste Programa 2021 Adicional para os membros do conselho de administração.
- Data da outorga: 30/06/2021.
- Carência: 5 anos (3º ano: 25% | 4º ano: 25% | 5º ano: 50%).
- Entrega das ações: uma vez cumprido o período de carência, é necessário que termos e condições específicas, bem como eventuais métricas de desempenho sejam atendidas, conforme aplicável, para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

Ressalta-se que os Programas 2021 enquadram-se no âmbito do 1º Plano de Ações Restritas, conforme definido neste item 8.4 (b) abaixo.

Programa 2022:

- Data de aprovação: 10/03/2022.
- Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração.
- Quantidade de ações restritas outorgadas aos diretores estatutários: 948.214.
- Quantidade de ações restritas outorgadas aos membros do conselho de administração: não houve outorga

no âmbito deste Programa 2022 para os membros do conselho de administração.

- Data da outorga: 31/01/2022.
- Carência: 3 anos.
- Entrega das ações: uma vez cumprido o período de carência, é necessário que termos e condições específicas, bem como eventuais métricas de desempenho sejam atendidas, conforme aplicável, para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

Programa 2022 Adicional:

- Data de aprovação: 08/09/2022.
- Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração.
- Quantidade de ações restritas outorgadas ao diretor estatutário: 91.000.
- Quantidade de ações restritas outorgadas aos membros do conselho de administração: não houve outorga no âmbito deste Programa 2022 Adicional para os membros do conselho de administração.
- Data da outorga: 31/01/2022.
- Carência: 3 anos.
- Entrega das ações: uma vez cumprido o período de carência, é necessário que termos e condições específicas, bem como eventuais métricas de desempenho sejam atendidas, conforme aplicável, para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

Ressalta-se que os Programas 2022 enquadram-se no âmbito do 2º Plano de Ações Restritas, conforme definido neste item 8.4 (b) abaixo.

Programas 2023:

- Data de aprovação: 09/03/2023.
- Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração.
- Quantidade de ações restritas outorgadas aos diretores estatutários: 3.950.000.
- Quantidade de ações restritas outorgadas aos membros do conselho de administração: 237.769.
- Data da outorga: 31/01/2023.
- Carência: 5 anos para diretores estatutários (3º ano: 33,33% | 4º ano: 33,33% | 5º ano: 33,34%), e 2 anos para membros do conselho de administração com *Lock-Up* de 2 anos após o *vesting*.
- Entrega das ações: uma vez cumprido o período de carência, é necessário que termos e condições específicas, bem como eventuais métricas de desempenho sejam atendidas, conforme aplicável, para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

Os Programas 2023 são segregados entre os diretores estatutários e os membros do Conselho de Administração. Nesse sentido, o programa 2023 para a diretoria estatutária, em conjunto com o programa 2023 para os membros do conselho de administração, compõe os Programas 2023.

Ressalta-se que os Programas 2023 enquadram-se no âmbito do 2º Plano de Ações Restritas, conforme definido neste item 8.4 (b) abaixo.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

SOP

O SOP foi aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/08/2014. Planos de Ações Restritas

Os Planos 2018 e 2022 foram aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, respectivamente, realizadas em 04/10/2018 e 28/04/2022 ("1º Plano de Ações Restritas" e "2º Plano de Ações Restritas", em conjunto, "Planos de Ações Restritas").

(c) Número máximo de ações abrangidas

SOP

A quantidade máxima de Ações Convencionais que podem ser objeto de outorga de opções, considerados de forma agregada no plano de opção de compra de ações da Companhia, é equivalente a 10% das ações representativas do capital social da Companhia, com exceção das Opções Adicionais Tenda, as quais não integram referido limite, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções outorgadas.

Planos de Ações Restritas

Poderão ser entregues aos Beneficiários Tenda, no âmbito de cada um dos Planos de Ações Restritas, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação dos respectivos Planos de Ações Restritas.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

SOP

Cada opção assegura ao Beneficiário Tenda o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “c” acima.

Planos de Ações Restritas

Cada ação restrita outorgada assegura ao Beneficiário Tenda o direito de receber, mediante atingimento de indicadores específicos (se aplicável), uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de ações a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “c” acima.

(e) Condições de aquisição de ações

SOP

A aquisição das ações dos Programas SOP, está condicionadas ao cumprimento do período de *vesting* mencionados no item “a” acima, com prazo limite de até 10 anos a contar da data de outorga.

Após cumprido o período de *vesting*, o beneficiário poderá exercer o direito de compra mediante aviso escrito a Companhia, acompanhado do pagamento do Preço de Exercício previsto no contrato individual de outorga.

Para o montante de opções exercidas, de 25% a 40% ficaram em “Lock-Up” até o período findo do vigência do programa.

Planos de Ações Restritas

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de outorga, os direitos dos Beneficiários Tenda de efetivamente receberem as ações restritas outorgadas somente serão plenamente adquiridos se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (i) os Beneficiários Tenda permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de carência; e (ii) sejam atingidas, pela Companhia, determinadas métricas de desempenho pautadas no retorno total do acionista (“TSR”) da Companhia, comparado ao custo de capital próprio, *benchmark* de TSR e IBRX100 ou outro índice, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração no programa e respectivos contratos de outorga.

Ao final de cada período de carência, o Conselho de Administração verificará o cumprimento das condições listadas acima e demais condições previstas no respectivo contrato de outorga e confirmará a quantidade de ações restritas a que o Beneficiário Tenda faz jus a receber (“Ações Maturadas”), sendo que a Companhia deverá transferir as referidas Ações Maturadas ao Beneficiário Tenda após as devidas retenções de tributos, inclusive mediante redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término do período de carência ou outro prazo acordado com o Beneficiário Tenda em questão.

Os Beneficiários Tenda que sejam membros do Conselho de Administração da Companhia não poderão negociar com as ações restritas recebidas da Companhia pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de transferência das ações restritas pela Companhia ao Beneficiário Tenda em questão (“Lock-Up”).

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

SOP

O preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas, conforme o caso,

quando do lançamento do Programa Tenda aplicável, e será equivalente ao valor apurado em avaliação realizada por banco ou empresa independente, uma vez que quando do lançamento dos Programas Tenda SOP, a Companhia não tinha ações negociadas em bolsa de valores.

Em qualquer caso, o preço de exercício poderá ser atualizado com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas, conforme o caso.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa Tenda, que seja deduzido do preço de exercício a ser pago pelos Beneficiários Tenda o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a datado efetivo exercício da Opção Convencional.

Exclusivamente na hipótese de as deduções mencionadas no parágrafo anterior serem superiores ao valor do preço de exercício a ser pago pelo Beneficiário Tenda, o crédito gerado ao Beneficiário Tenda perante a Companhia poderá ser compensado mediante a outorga de Opções Adicionais Tenda, a critério do Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, na forma a ser determinada em cada Programa Tenda e sempre de acordo com as regras do plano.

O preço de exercício das Opções Adicionais Tenda, se outorgadas, será de R\$ 0,01 (um centavo), observadas as disposições deste plano. Não será aplicável ao preço de exercício das Opções Adicionais Tenda a regra disposta no segundo parágrafo deste tópico.

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários Tenda à vista, no ato da aquisição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas para cada Programa Tenda.

Planos de Ações Restritas

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência os Beneficiários Tenda recebem as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos todos os outros requisitos estabelecidos nos respectivos Planos de Ações Restritas.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

SOP

A aquisição se dará em lotes, sendo que para os programas atualmente vigentes para os diretores estatutários:

- *Programa 2014:* lote A (a partir do 4º ano da data da outorga) poderá ser exercido a partir de 31/03/2018, e lote B (a partir do 5º ano da data da outorga) poderá ser exercido a partir de 31/03/2019.

Os lotes A e B poderão ser exercidos até 31/03/2026, após o decurso deste prazo, o beneficiário perderá, sem direito a indenização, o direito ao exercício das opções que não tiverem sido exercidas.

- *Programa 2016:* lote A (a partir do 4º ano da data da outorga) poderá ser exercido a partir de 31/03/2020, e lote B (a partir do 5º ano da data da outorga) poderá ser exercido a partir de 31/03/2021.

Os lotes A e B poderão ser exercidos até 31/03/2026, após o decurso deste prazo, o beneficiário perderá, sem direito a indenização, o direito ao exercício das opções que não tiverem sido exercidas.

Planos de Ações Restritas

Não há prazo de exercício das outorgas pelo Beneficiário, uma vez satisfeitas as condições previstas no Plano, após o período de carência, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá, a título não oneroso, por meio de operação privada, para o nome dos Beneficiários, dentro do prazo de 60(sessenta) dias contados do término do Período de carência.

Não há a necessidade de se solicitar o resgate das ações restritas, ou mesmo a necessidade de se exercer algo, já que os Planos de Ações Restritas não utilizam o conceito de opções.

(h) Forma de liquidação

SOP

Como forma de liquidação a Companhia utilizar-se-á de (i) ações mantidas em tesouraria; (ii) emissão de novas ações, sendo que o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, será homologado pelo Conselho de Administração; ou (iii) pagamento em dinheiro.

Nos Programas Tenda aprovados até a data deste Formulário de Referência, a regra geral é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

Planos de Ações Restritas

A Companhia utilizar-se-á de ações mantidas em tesouraria para efetivar a transferência aos beneficiários ou realizarão pagamento em dinheiro.

(i) Restrições à transferência das ações

SOP

Para os Programas Tenda SOP haverá um período de *Lock-Up*, compreendendo 25% a 40% das opções exercidas. O prazo de vencimento do *Lock-Up* destes Programas Tenda SOP é de 10 anos após a data de outorga das opções.

Planos de Ações Restritas

Para os Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas, apenas para os membros do Conselho de Administração, haverá um período de *Lock-Up*, compreendendo 100% das ações recebidas pelo Beneficiário, com prazo de vencimento em 2 anos após a data da transferência das ações.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

SOP

O SOP poderá ser alterado ou extinto pelo Conselho de Administração.

Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão pode: (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas; ou (ii) alterar ou prejudicar, sem o consentimento do Beneficiário Tenda, quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra de ações.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, o plano de opção de compra de ações da Companhia terminará e as opções dos Programas Tenda em vigor, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Pessoas, conforme o caso, poderá ser transferido para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário Tenda. Após o referido prazo, o plano de opção de compra de ações da Companhia terminará e todas as opções não exercidas caducarão sem direito a qualquer indenização.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso poderá determinar, em cada Programa Tenda, que, caso a Companhia venha a ter suas ações negociadas em bolsa de valores e seja realizada: (i) uma OPA para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a CVM; ou (ii) qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no estatuto social da Companhia, as opções outorgadas no âmbito do Programa Tenda terão seus prazos de carência antecipados e, caso aplicável, o período mínimo de indisponibilidade liberados, e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, durante o prazo da OPA ou, se aplicável, durante o prazo adicional previsto em normallegal ou regulamentar.

Planos de Ações Restritas

Os Planos de Ações Restritas poderão ser alterados ou extintos pela Assembleia Geral.

Todas as ações restritas outorgadas terão seus períodos de carência antecipados e os Beneficiários terão direito a receber as referidas ações restritas, no prazo de até 60 (sessenta) dias, na hipótese de se verificar, cumulativamente em relação a cada Beneficiário: (i) (a) a realização de qualquer operação de incorporação, incorporação de ações, fusão, cisão, ou outra forma de reorganização da Companhia, tenha esta sido a sociedade remanescente, e pela qual o patrimônio líquido anterior da Companhia passe a representar parcela inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da companhia resultante (ou da companhia de maior porte, no caso de cisão); (b) a aquisição de participação equivalente a 30% (trinta por cento) ou mais do capital social da Companhia por pessoas naturais ou jurídicas agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, inclusive se sujeitas a controle comum ou coligadas entre si, qualquer que tenha sido a aquisição de tal participação, seja em uma ou mais operações; ou (c) a dissolução da Companhia (quaisquer dos eventos listados nas alíneas "a" a "c", doravante uma "Mudança de Controle"); e (ii) o rebaixamento de posição do Beneficiário na Companhia ou o desligamento do Beneficiário por vontade da Companhia, por meio de demissão sem justa causa ou destituição do cargo de administrador sem que haja violação dos seus deveres ou atribuições legais e/ou estatutários, em até 2 (dois) anos contados de uma mudança de controle. Caso ocorra apenas um evento de Mudança de Controle, não cumulado com o disposto no item (ii) acima, o Beneficiário não terá direito a qualquer antecipação do períodos de carência e os termos e condições constantes dos Planos e Ações

Restritas, dos Programas Tenda dos Planos de Ações e respectivos contratos de outorga permanecerão inalterados.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as ações restritas outorgadas na vigência dos Planos de Ações Restritas, a critério do Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus períodos de carência antecipados.

Caso se concretize (i) uma OPA para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a CVM, ou (ii) qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% (vinte e cinco por cento) ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no Estatuto Social da Companhia; todas as Ações Restritas outorgadas terão seus Períodos de Carência antecipados e os Beneficiários terão direito a receber as referidas Ações Restritas, no prazo de até 60 (sessenta) dias.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

SOP

Nos termos do SOP, o desligamento do Beneficiário Tenda terá os seguintes efeitos sobre as opções outorgadas, conforme o motivo de sua saída:

(i) Término do contrato de trabalho ou do Mandato do beneficiário por justa causa: todas as opções cujos prazos de carência não tenham decorrido, serão extintas. As opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias a contar do evento que originar o término do contrato ou mandato.

(ii) Término do contrato de trabalho ou do Mandato do beneficiário sem justa causa, por demissão voluntária ou Aposentadoria: todas as opções cujos prazos de carência não tenham decorrido, serão extintas. As opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias a contar do evento que originar o término do contrato ou mandato.

(iii) Término do contrato de trabalho ou do Mandato do beneficiário sem justa causa por iniciativa da companhia: As opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias a contar do evento que originar o término do contrato ou mandato. As opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido, poderão ser exercidas ao final do último Prazo de carência aplicável as opções do Beneficiário, a quantidade de opções proporcional ao prazo trabalhado.

(iv) Falecimento ou Invalidez permanente do Beneficiário: As opções cujos prazos de carência já tenham decorrido, poderão ser exercidas no prazo de até 12 meses contados do último Prazo de carência aplicável as opções do Beneficiário. As opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido, poderão ao final do prazo de carência de todas as opções.

Em todos estes casos, exceto por falecimento ou invalidez permanente, as restrições à transferência das ações que lhes sejam aplicáveis permanecerão em vigor.

Plano de Ações Restritas

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso, determinará: (i) se o período de restrição para alienação das ações estabelecido no Programa Tenda deverá permanecer em vigor; e (ii) o tratamento a ser dado às Opções Adicionais Tenda eventualmente outorgadas ao Beneficiário Tenda, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário Tenda, sem justa causa.

Nos termos do plano de outorga de ações restritas da Companhia, o desligamento do Beneficiário Tenda terá os seguintes efeitos sobre as ações a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída:

(i) por vontade própria, por meio de demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador; ou (b) por vontade da Companhia, por meio de demissão por justa causa nos termos da legislação em vigor ou destituição do seu cargo de administrador por violação dos seus deveres ou atribuições legais e/ou estatutários: o Beneficiário perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas outorgadas que não sejam consideradas Ações Maturadas, restando automaticamente extinto na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário, de modo que as Ações Restritas serão automaticamente canceladas, sendo certo que as Ações Maturadas existentes na data do Desligamento, que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ao Beneficiário, serão entregues no prazo e nos termos previstos no Plano;

(ii) por vontade da Companhia, por meio de demissão sem justa causa ou sem que o administrador tenha violado os seus deveres ou atribuições legais e/ou estatutários; ou (b) por meio de acordo entre a Companhia e o

Beneficiário, incluindo aposentadoria 13 acordada entre as partes: o Beneficiário fará jus a receber uma quantidade do Target de Ações Restritas outorgadas nos termos do respectivo Contrato de Outorga, sujeita a retenção de tributos, proporcional ao número de dias decorridos durante o Período de Carência, na proporção de (y) $X/1095$, onde "X" é o número de dias decorridos entre o último dia do mês de janeiro do ano da respectiva outorga e a data do Desligamento, para os Beneficiários que não sejam membros do Conselho de Administração, ou (z) $X/730$, onde "X" é o número de dias decorridos entre o último dia do mês de janeiro do ano da respectiva outorga e a data do Desligamento, para os Beneficiários que sejam membros do Conselho de Administração. Quaisquer frações de ações serão arredondadas para cima e o Beneficiário somente receberá as referidas Ações Restritas a que tem direito na mesma data inicialmente prevista no Contrato de Outorga e no Plano, observadas as deduções e retenções legais; e

(iii) por motivo de falecimento ou invalidez permanente: o Beneficiário ou seu espólio ou seu(s) herdeiro(s), conforme aplicável, fará jus a receber uma quantidade do Target de Ações Restritas outorgadas nos termos do respectivo Contrato de Outorga, proporcional ao número de dias decorridos durante o Período de Carência, na proporção de (y) $X/1095$, onde "X" é o número de dias decorridos entre o último dia do mês de janeiro do ano da respectiva outorga e a data do Desligamento, para os Beneficiários que não sejam membros do Conselho de Administração, ou (z) $X/730$, onde "X" é o número de dias decorridos entre o último dia do mês de janeiro do ano da respectiva outorga e a data do Desligamento, para os Beneficiários que sejam membros do Conselho de Administração. Quaisquer frações de ações serão arredondadas para cima e a Companhia deverá entregar as Ações Restritas a que o Beneficiário (ou o espólio/herdeiro(s)) faz jus na data de formalização do seu Desligamento, observadas as deduções legais.

8.5 – Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Considerando que, com a nova atualização do Sistema Empresas.Net, o item 8.5 passou a ser estruturado e a Companhia possui 3 Programas Tenda SOP (Programa 2014, Programa 2016 e Programa 2017, conforme detalhados no item 8.4 acima), optou-se por apresentar o referido item de forma segregada para cada Programa Tenda SOP, conforme aplicável, de modo a garantir o melhor entendimento do investidor e do mercado em geral.

Dessa forma, a Companhia informa que o disclosure completo consta na seção 8.20 deste Formulário de Referência.

8.6 – Outorgas: em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, uma vez que nos últimos 3 (três) exercícios sociais não houve outorga de opções de compra de ações para administradores e membros do conselho fiscal.

8.7 – Opções em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Opções em aberto ao final do último exercício social (2023) relativas a outorga do Programa de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
	Programa 2014	
Nº total de membros	6,33	14,08
Nº de membros remunerados	0,00	6,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	5.312.297
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	março/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$3,27
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 2,57
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$13.652.603

Opções em aberto ao final do último exercício social (2023) relativas a outorga do Programa de 2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
	Programa 2016	
Nº total de membros	6,33	11,42
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

8.8 – Opções exercidas: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social findo em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
	N/A	Programa 2014	Programa 2016
Nº total de membros	6,33	11,42	11,42
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00
Número de ações (A)	N/A	181.583	0,00
Preço médio ponderado de exercício (B)	N/A	5,48	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	N/A	13,74	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	N/A	R\$1.499.225	N/A

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social findo em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
	N/A	Programa 2014	Programa 2016
Nº total de membros	7,00	14,08	14,08
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	1,00
Número de ações (A)	N/A	102.196	234.667
Preço médio ponderado de exercício (B)	N/A	R\$5,48	R\$5,48
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	N/A	R\$13,17	R\$13,17
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	N/A	R\$785.887	R\$1.804.589

Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - Exercício social findo em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
	N/A	Programa 2014	Programa 2016
Nº total de membros	7,00	16,25	16,25
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	1,00
Número de ações (A)	N/A	60.539	5.333
Preço médio ponderado de exercício (B)	N/A	R\$5,46	R\$5,46
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	N/A	R\$18,90	R\$18,90
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas [A x (C-B)]	N/A	R\$813.644	R\$71.675

8.9 – Entrega de ações: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social corrente (31/12/2023)

	Conselho de Administração		Diretoria* *			
	Programa 2023	Programa 2021	Programa 2023	Programa 2022	Programa 2022 Adicional	Programa 2021
Nº total de membros	6,33	6,33	11,42	11,42	11,42	11,42
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	12,00	9,00	1,00	8,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,14	N/A	N/A	N/A	N/A

*As informações do Conselho de Administração relacionadas no quadro acima abrangem todos os Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas que os membros do conselho de administração Beneficiários estão vinculados na data deste Formulário de Referência.

**As informações da Diretoria Estatutária relacionadas no quadro acima abrangem todos os Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas que os diretores estatutários Beneficiários Tenda Beneficiários estão vinculados na data deste Formulário de Referência.

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários -Exercício social findo em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria* *				
	Programa 2021	Programa 2022	Programa 2022 Adicional	Programa 2021	Programa 2020	Programa 2019
Nº total de membros	7,00	14,08	14,08	14,08	14,08	14,08
Nº de membros remunerados	7,00	11,00	1,00	10,00	11,00	10,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

*As informações do Conselho de Administração relacionadas no quadro acima restringem-se ao Programa 2021, considerando que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 os membros do conselho de administração Beneficiários Tenda não estavam vinculados a outro Programa Tenda dos Planos de Ações Restritas.

**As informações da Diretoria Estatutária relacionadas no quadro acima abrangem todos os Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas que os diretores estatutários Beneficiários Tenda estavam vinculados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários -Exercício social findo em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria* *		
	Programa 2021	Programa 2021	Programa 2020	Programa 2019
Nº total de membros	7,00	16,25	16,25	16,25
Nº de membros remunerados	7,00	13,00	14,00	12,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A	N/A	N/A

*As informações do Conselho de Administração relacionadas no quadro acima restringem-se ao Programa 2021, considerando que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 os membros do conselho de administração Beneficiários Tenda não estavam vinculados a outro Programa Tenda dos Planos de Ações Restritas.

**As informações da Diretoria Estatutária relacionadas no quadro acima abrangem todos os Programas Tenda dos Planos de Ações Restritas que os diretores estatutários Beneficiários Tenda estavam vinculados no exercício social



findo em 31 de dezembro de 2021.



8.10 - Outorga de ações: em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Outorgas de ações do exercício social findo em 31/12/2023

	Programa 2023	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,33	11,42
Nº de membros remunerados	6,00	12,00
Data da outorga	31/01/2023	31/01/2023
Quantidade de ações outorgadas (A)	237.769	3.950.000
Prazo máximo para entrega das ações	31/01/2025	31/01/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	2 anos	5 anos
Valor justo das ações na data da outorga (B)	4,24	4,24
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	1.008.141	16.748.000

Outorgas de ações do exercício social findo em 31/12/2022

	Programa 2022	
	Programa 2022	Diretoria Estatutária Programa 2022 Adicional
Nº total de membros	14,08	14,08
Nº de membros remunerados	11,00	1,00
Data da outorga	31/02/2022	31/01/2022
Quantidade de ações outorgadas (A)	948.214	91.000
Prazo máximo para entrega das ações	31/01/2025	31/01/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	3 anos	3 anos
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 14,80	R\$ 14,80
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	14.033.567	1.346.800

Outorgas de ações do exercício social findo em 31/12/2021

ANO 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Programa	2021CA	2021	2021 Adicional

Nº total de Membros	7,00	16,25	16,25
Nº de membros remunerados	7,00	13,00	1,00
Data de outorga	31/01/2021	31/01/2021	30/06/2021
Quantidade de ações outorgadas	147.504	341.400	168.357
Prazo máximo para entrega das ações	31/01/2023	31/01/2024	30/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	2 anos	3 anos	5 anos
Valor justo das ações na data da outorga	28,20	26,83	26,83
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	4.159.613	9.159.762	4.517.018

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administraç	Diretoria Estatutá	Conselho Fiscal
Nº total de membros	6,33	11,00	3,00
Nº de membros remuneradosNº de ações	6,00	0,00	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	148.521	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	29,07	N/A	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	4,76	N/A	N/A
Esclarecimento	-3.610.546	N/A	N/A

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administraç	Diretoria Estatutá	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	14,08	3,00
Nº de membros remuneradosNº de ações	0,00	0,00	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administraç	Diretoria Estatutá	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	16,25	N/A
Nº de membros remuneradosNº de ações	7,00	10,00	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	245.074	1.203.839	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	18,50	22,35	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	26,88	26,88	N/A
Esclarecimento	2.053.720,12	5.453.388	N/A

8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

As opções de compra de ações e ações restritas outorgadas conferem aos Beneficiários Tenda o direito de subscrições ordinárias no capital social da Companhia, após cumpridos os períodos de carência e permanência no quadro de empregados ou administradores da Companhia (condição essencial para o exercício da opção), conforme estabelecidos nos respectivos contratos celebrados com cada beneficiário. As ações outorgadas no plano de opção de compra de ações (2014 e 2016) expiram após o período aproximado de dez anos da data da outorga.

O valor justo das opções de compra de ações e ações restritas é estabelecido na data de outorga, sendo que esse é reconhecido como despesa no resultado (em contrapartida ao patrimônio líquido) durante o período de carência do programa.

(a) Modelo de precificação

SOP (2014 e 2016)

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das opções outorgadas aos Beneficiários Tenda dos planos é o Modelo Black-Scholes, conforme detalhado a seguir.

Modelo Black-Scholes

O modelo Black Scholes, método mais popular para avaliação do valor de opções de ações, utiliza como premissas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das ações restritas outorgadas aos Beneficiários Tenda é o Modelo Monte Carlo, ou ainda modelo específico indicado de acordo com o programa correspondente, conforme detalhado a seguir.

Modelo Monte Carlo

O modelo Monte Carlo, mais aderente para o plano de outorga de ações restritas por analisar cenários futuros, utiliza como premissas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções e ações restritas devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações (2014 e 2016), teve como base a avaliação da Companhia realizada por banco independente no momento da outorga, conforme a regra do plano, considerando que a Companhia não possuía ações negociadas em bolsa no momento da aprovação dos Programas Tenda vigentes.

O preço de referência das ações restritas outorgadas no âmbito do plano de outorga de ações restritas, teve como base o seu valor de mercado, visto que possuía ações negociadas em bolsa no momento da aprovação do programa vigente.

Preço de exercício

SOP (2014 e 2016)

O preço de exercício das opções de compra outorgadas pela Companhia, a ser pago pelos respectivos Beneficiários Tenda, poderá ter seu valor reduzido pelo valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a data do efetivo exercício da opção ordinária. Se o preço do exercício, após os abatimentos, for superior ao valor do preço de mercado, o plano estabelece a possibilidade do Conselho de Administração outorgar Opções Adicionais Tenda, podendo os Beneficiários Tenda exercerem a opção de compra pelo valor de R\$ 0,01 (um centavo).

Plano de Outorga de Ações Restritas

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência, os Beneficiários Tenda recebem as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos todos os requisitos estabelecidos no plano.

Prazo de vida da opção

SOP (2014 e 2016)

O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 3 a 5 anos a contar da data em que o lote se torne uexercível, ou seja, além do prazo de carência.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O prazo contratual para transferência de ações restritas é de no mínimo 3 anos para as ações outorgadas aos Diretores e de 2 anos aos membros do Conselho de Administração, sempre a contar da data de outorga.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

Não foi considerada taxa de distribuição de dividendos na precificação das opções e ações restritas, refletindo a faltade histórico e a não previsibilidade sobre o tema no momento do cálculo.

Taxa de juros livre de risco

A taxa livre de risco foi obtida junto à B3 e se referem a taxa curva DI na respectiva data de outorga.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

SOP

Considera-se empiricamente que a parte das opções possam ser exercidas antecipadamente por parte dos titulares em relação ao prazo de vida da opção. Este comportamento se deve a diversos motivos, como por exemplo, a necessidade de liquidez pessoal e a impossibilidade de proteção patrimonial (hedge).

Neste sentido, de modo a incorporar essa particularidade, a Companhia adotou a premissa de que as opções serão exercidas em um prazo médio calculado entre a data de vesting e o prazo máximo de exercício das opções outorgadas.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência, os Beneficiários Tenda recebem as ações em até 60 dias, desde que cumprido todos os requisitos estabelecidos no plano.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice Imobiliário da B3 (IMOB).

Plano de Outorga de Ações Restritas

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice da própria ação (TEND3).

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

SOP (2014 e 2016)

Período de carência (“vesting period”)

Durante o período de carência, as opções não podem ser exercidas pelos Beneficiários Tenda. Essa condição foi incluída nos cálculos ao tratarmos as opções como do tipo europeia (que somente podem ser exercidas a partir de uma certa data), enquanto ainda não incorporadas. Após a incorporação, as opções passam a ser do tipo americana (isto é, exercíveis a qualquer momento até um prazo final extintivo).

Restrição para venda (“lock-up”)

Contratualmente, existe uma restrição para a venda de parte das ações adquiridas mediante o exercício das opções. Esta restrição, também denominada período de lock-up, tem duração de 10 anos a partir da data de outorga, e de 3 a 5 anos a partir das datas de vesting, conforme as condições específicas de cada Programa.

Essa restrição implica na diminuição do valor das ações para o Beneficiário Tenda, tendo em vista que as ações são ilíquidas no momento do exercício das opções. De forma a considerar essa característica, foi aplicado um desconto por falta de liquidez no preço das ações pelo método da “protective put”.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Métricas de Desempenho

O plano de outorga de ações restritas considera cenários de probabilidade do atingimento das métricas de desempenho, descritas no item 8.4, para a quantidade das ações restritas outorgadas, através do método Monte

8.13 – Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Valor mobiliário	Sociedade emissora dos valores mobiliários	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Ações	Companhia	943.232	1.134.802*	0	2.078.034

*O número informado engloba 408.923 ações de emissão da Companhia e 725.879 opções de compra de ações da Companhia detidas por membros da Diretoria Estatutária da Companhia.

Para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

8.14 – Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações.

Não aplicável, considerando que até a data deste Formulário de Referência não foram conferidos aos membros do Conselho de Administração e Diretores estatutários quaisquer planos de previdência.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	11,42	14,08	16,25	6,33	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	11,42	14,08	16,25	6,33	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração Real	5.034.863,00	6.349.737,00	4.378.198,00	826.388,00	1.207.296,00	971.428,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Valor da menor remuneração Real	1.125.875,00	1.693.104,00	424.435,00	413.194,00	603.648,00	515.714,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Valor médio da remuneração Real	1.313.052,70	1.844.258,20	1.034.720,31	475.730,84	741.312,29	624.640,71	120.000,00	120.000,00	120.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2023	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</p>
31/12/2022	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>4. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>5. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</p>
31/12/2021	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</p>

Conselho de Administração	
31/12/2023	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</p>
31/12/2022	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>4. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>5. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</p>
31/12/2021	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de ações restritas (custo contábil), considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</p>

Conselho Fiscal	
31/12/2023	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa atribuída ao Conselho Fiscal, considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.
31/12/2022	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa atribuída ao Conselho Fiscal, considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.
31/12/2021	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa atribuída ao Conselho Fiscal, considerando todos os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.

8.16 – Mecanismos de indenização: descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, considerando que não foram celebrados arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Adicionalmente, a Companhia não celebrou compromisso de indenidade que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

8.17 – Remuneração de partes relacionadas: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente a Companhia não possui administradores ou membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.

8.18 – Remuneração de funções que não a função que ocupam: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente, de valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 – Valores reconhecidos no resultado de outras sociedades: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, tendo em vista que, nos três últimos exercícios sociais, não houve membros da Diretoria, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal remunerados por controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum ou controladas da Companhia, e não há previsão de que isso ocorra no exercício social corrente.

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

- **Informações complementares ao item 8.2 deste Formulário de Referência: "Valores da remuneração: em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal":**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023 – Diretoria Estatutária – Remuneração Baseada em Ações

O total de despesas de incentivo de longo prazo baseado em ações registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 9.385.397. No entanto, em função dos cancelamentos parciais das outorgas em virtude do não atingimento das condições de performance aplicáveis e distratos ocorridos, referentes aos programas de 2019, 2020 e 2021 dos Planos de Ações Restritas ("Outorgas Objeto de Distratos e de Cancelamentos Parciais"), de modo que, na prática, houve uma reversão das despesas contabilizadas no âmbito das Outorgas Objeto de Distratos e de Cancelamentos Parciais, no valor negativo de R\$ 12.073.127 ("Reversão de Despesas"), resultando no valor total negativo de 2.687.730 indicado no item 8.2.

Adicionalmente, informamos que o valor da participação nos resultados, conforme descrito no item 8.2 e que integra a remuneração variável, corresponde ao valor efetivamente pago aos Diretores Estatutários. Tal valor diverge do montante reportado nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, uma vez que nesta data o montante informado era apenas uma projeção da participação nos resultados a ser paga.

- **Informações complementares aos itens 8.4 a 8.8 no que se refere a remuneração baseada em ações (SOP e seus respectivos Programas Tenda SOP)**

Para melhor compreensão dos itens 8.4 a 8.8, a Companhia apresenta abaixo, de forma resumida, o total de opções de ações outorgadas aos Beneficiários do Programa Tenda SOP (2014) e o histórico dessas opções para os diretores estatutários:

- *Total de ações outorgadas no âmbito do Programa 2014 do SOP: 10.020.000 (a).*
- *Quantidade de opções de ações exercidas nos 3 últimos exercícios sociais, conforme soma do item 8.8 acima: 344.238 (b).*
- *Quantidade de opções de ações exercidas em 2018 a 2020: 3.949.975 (b).*
- *Quantidade de opções de ações canceladas devido desligamento de diretor: 413.490 (c).*
- *Quantidade de opções de ações em aberto dos Beneficiários da diretoria estatutária no último exercício social: 5.312.297 (d).*
- *(a) – (b + c) = (d), conforme informado no item 8.7 Programa 2014 – Diretoria Estatutária.*
- **Informações complementares ao item 8.5 deste Formulário de Referência: "Remuneração baseada em ações: em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária":**

Conforme destacado no item 8.5 deste Formulário de Referência, apresentamos abaixo, de forma segregada para cada Programa Tenda SOP, conforme aplicável, as informações sobre a remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado da Companhia dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

- **Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações, prevista para o exercício social corrente (2024)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	N/A	Programa 2014*	N/A
Nº total de membros	6,00	13,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00

Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	5,090000	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$3,27	N/A

*As informações apresentadas no quadro acima são referentes apenas as opções de ações outorgadas e vestidas no âmbito do Programa 2014. No que se refere ao Programa 2016, conforme detalhado no item 8.4 acima, todas as opções outorgadas a Beneficiários diretores estatutários da Companhia foram exercidas em fevereiro de 2022.

- Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações – exercício social findo em 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	N/A	Programa 2014*	N/A
Nº total de membros	6,33	11,42	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	5,090000	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$3,27	N/A

*As informações apresentadas no quadro acima são referentes apenas as opções de ações outorgadas e vestidas no âmbito do Programa 2014. No que se refere ao Programa 2016, conforme detalhado no item 8.4 acima, todas as opções outorgadas a Beneficiários diretores estatutários da Companhia foram exercidas em fevereiro de 2022.

- Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações – exercício social findo em 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
	N/A	Programa 2014	Programa 2016*	N/A
Nº total de membros	7,00	14,08	14,08	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	1,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	5,270000	0,220000	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$3,28	R\$3,28	N/A
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	R\$0,00	R\$ 0,00	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício	N/A	R\$5,48	R\$ 5,48	N/A

social				
--------	--	--	--	--

*As informações apresentadas no quadro acima são referentes tanto ao Programa 2014 como ao Programa 2016, considerando que no início do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ambos os programas tinham opções em aberto para serem exercidas por Beneficiários diretores estatutários da Companhia.

- **Remuneração baseada em ações, sob forma de opções de compra de ações – exercício social findo em 31/12/2021**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
	N/A	Programa 2014	Programa 2016	N/A
Nº total de membros	7,00	16,25	16,25	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	1,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	5,360000	0,220000	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$3,28	R\$3,28	N/A
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	R\$0,00	R\$0,00	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$5,46	R\$5,46	N/A